

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Faculdade Projeção de Ceilândia

Versão atualizada em dezembro de 2016.



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Faculdade Projeção de Ceilândia

Ceilândia - DF

Nov./ 2016

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	5
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
3. REFERÊNCIAS LEGAIS.....	
4. PERFIL INSTITUCIONAL	
4.1 Histórico da implantação e desenvolvimento da instituição.....	
4.2 Objetivos e Metas da instituição.....	
Quantificação das metas	
4.3 Missão institucional	
4.4 Contexto educacional e inserção regional	
4.4.1 Aspectos econômicos.....	
4.4.2 Aspectos sociais	
4.4.3 Aspectos culturais	
4.4.4 Aspectos políticos	
4.4.5 Aspectos ambientais	
4.5 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos das práticas acadêmicas da instituição....	
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	6
5.1 Políticas institucionais no âmbito do curso.....	
5.1.1 Políticas de ensino	
5.1.1.1 Implementação no âmbito do Curso	
5.1.2 Políticas de pesquisa	
5.1.2.1 Implementação no âmbito do Curso	
5.1.3 Políticas de extensão.....	
5.1.3.1 Implementação no âmbito do Curso	
5.1.4 Políticas de Educação a Distância (EaD).....	
5.1.4.1 Implementação no âmbito do Curso	
5.1.5 Políticas de Gestão.....	
5.1.5.1 Escola Superior de Curso.....	
5.1.5.2 Escola de Ciências Jurídicas e Sociais.....	
5.1.6 Integração ensino, pesquisa e extensão.....	
5.2 Objetivos do curso	6
5.2.1 Objetivo geral	6
5.2.2 Objetivos específicos	6
5.3 Justificativa do curso	7
5.3.1 Justificativa institucional para implantação e oferta do curso	9

5.4 Perfil de entrada discente	
5.5 Perfil profissional do egresso.....	
5.6 Proposta pedagógica do curso.....	
5.7 Estrutura curricular	12
5.7.1 Flexibilidade curricular.....	12
5.7.2 Acessibilidade pedagógica e atitudinal.....	
5.7.3 Teoria versus prática.....	
5.7.4 Matriz curricular	12
5.7.5 Interdisciplinaridade e transversalidade.....	
5.7.6 Núcleo Comum da Escola.....	
5.7.7 Núcleo Comum da Faculdade Projeção de Ceilândia.....	
5.7.8 Conteúdos curriculares	
5.8 Metodologia	14
5.8.1 Metodologias de ensino e aprendizagem.....	16
5.8.1.1 Metodologias ativas de aprendizagem no âmbito do curso	17
5.8.2 Atividades de tutoria.....	
5.8.4 Estratégias de operacionalização do currículo.....	
5.9 Estágio supervisionado	
5.10 Atividades complementares	
5.11 Trabalho de conclusão de curso (TCC)	
5.12 Apoio ao discente.....	18
5.12.1 Núcleo de apoio psicopedagógico ao estudante (NAPES)	19
5.12.2 Centrais de atendimento ao aluno (CAA/CAF).....	20
5.12.3 Incentivo à pesquisa e intercâmbios	20
5.12.4 Nivelamento de conteúdos.....	22
5.13 Tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem (TICs).....	
5.13.1 Acessibilidade as TICs.....	
5.14 Sistemática de avaliação de aprendizagem.....	22
5.16 Sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	
5.15.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA)	
5.15.2 Avaliações externas	
6. CORPO DOCENTE	24
6.1 Núcleo docente estruturante (NDE).....	24
6.1.1 Atuação do NDE.....	25
6.2 Coordenação de curso.....	26
6.2.1 Formação acadêmica.....	26
6.2.2 Experiência profissional, de magistério e de gestão acadêmica	27

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

6.2.3 Regime de Trabalho.....	27
6.3 Titulação do corpo docente.....	27
6.4 Regime de trabalho do corpo docente.....	28
6.5 Experiência profissional do corpo docente.....	29
6.6 Experiência do corpo docente no magistério superior.....	29
6.7 Produções científicas, culturais, artística ou tecnológica do corpo docente.....	30
6.8 Colegiado de curso.....	30
7. INFRAESTRUTURA.....	30
7.1 Infraestrutura da instituição.....	30
7.1.1 Laboratório de informática.....	34
7.2 Infraestrutura específica do curso.....	35
7.2.2 Núcleo de Práticas Jurídicas.....	35
7.3 Biblioteca.....	36
7.3.1 Instalações físicas.....	37
7.3.2 Bibliografia básica.....	38
7.3.3 Bibliografia complementar.....	39
7.3.4 Periódicos especializados.....	39
APÊNDICES.....	41
APÊNDICE I - EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE II - RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição Mantenedora: GUATAG - Sociedade de Assistência Educacional S.S

Endereço: ST G Norte Nº 08 Área Especial **CEP:** 72.130-400

Presidente: Prof. Oswaldo Luiz Saenger

Instituição Mantida: Faculdade Projeção de Ceilândia

Credenciamento: 14 de julho de 2000

Alteração do nome da mantida: Portaria nº 1.671, de 14/10/2010 (DOU nº 198, de 15/10/2010)

Endereço: QNM 30, Módulo H, I, E, J, Região Administrativa IX – Ceilândia Norte **CEP:** 72.210-300

Telefone: (61) 3038-6100 / 3038-6116

Site institucional: www.projecao.br/faculdade

Diretoria Executiva: Prof^a. Catarina Fontoura Costa

Diretoria de Educação: Prof. José Sérgio de Jesus

Diretoria Acadêmica da Educação Superior: Prof^a. Roberta C. L. Gontijo

Diretoria da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais: Pierre Tramontini

Diretoria da Faculdade Projeção de Ceilândia: Prof. Ivan Osvaldo Calderon Arrueta Ribeiro

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: Curso de Direito

Instituição Responsável: Faculdade Projeção de Ceilândia

Área Profissional: Ciências Sociais Aplicadas

Título conferido ao egresso: Bacharel em Direito

Autorização do Curso: Portaria MEC Nº 403, de 29 de maio de 2015

Regime de Matrícula: Semestral **Nº de vagas anuais:** 200

Carga Horária Total do Curso: 4360 h

Tempo mínimo de integralização: 05 anos

Tempo máximo de integralização: 10 anos

Diretoria da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais: Pierre Tramontini

Coordenador do Curso: Prof.^a Luiza Cristina de Castro Faria

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.2 Objetivos do curso

5.2.1 Objetivo geral

O Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia tem por objetivo a formar profissionais que possam atuar no contexto social com ética, produzir atos e documentos jurídicos, utilizar corretamente a Língua Portuguesa e a terminologia jurídica; exercer a profissão com domínio técnico-científico em diferentes instâncias, compreender e participar dos debates sobre os problemas globais, nacionais e regionais e sua valorização no campo jurídico e social, com capacidade e desenvolvimento intelectual autônomo permanente, com uma consciência sócio-humanística e comprometidos com a construção de uma sociedade colaborativa na defesa dos direitos fundamentais, da igualdade, da justiça e imbuída de valores democráticos.

5.2.2 Objetivos específicos

O curso de direito da Faculdade Projeção possui os seguintes objetivos específicos:

- a) Formar cidadãos críticos conscientes de seu papel social e profissional aptos a entenderem o contexto econômico-social e político-jurídico e atenderem às demandas sociais e do mundo atual,
- b) Proporcionar uma formação geral e humanística e o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo fundado na valorização do meio ambiente e dos espaços públicos, do Direito Público e das Garantias Constitucionais do cidadão frente ao Estado;
- c) Propiciar ao aluno formação técnico-jurídica adequada que o permita a capacitação para o exercício das carreiras jurídicas;
- d) Capacitar ao aluno pesquisar e refletir sobre os critérios de criação, interpretação e fundamentação das decisões jurídicas na perspectiva interna e global do sistema jurídico;
- e) Promover a interdisciplinaridade como pressuposto fático da formação e da atuação jurídico-política contemporânea, bem como da compreensão da realidade e do fenômeno jurídico;

5.3 Justificativa do curso

A íntima relação entre a ciência jurídica - enquanto ciência social aplicada e as ciências sociais precisa ser evidenciada e resgatada, pensando-se o Direito não como um conjunto autônomo de conhecimentos técnicos, mas como parte de um todo voltado a compreender as realidades sociais, seus aspectos positivos e negativos, seus conflitos e crises, e oferecer respostas eficazes às demandas que se acumulam.

Portanto, formar profissionais dotados de conhecimento jurídico sólido é ponto de partida para algo maior, pois se entende que não basta o domínio do saber técnico se este não se conciliar com uma visão crítica e reflexiva, preocupada com as questões sociais mais relevantes, formada a partir de uma correta e clara noção acerca da dimensão social do Direito. Construir junto aos discentes a capacidade de se compreenderem como cidadãos e agentes ativos no processo de transformação social, com consciência sócio-humanística, aptos a utilizar os conhecimentos técnicos adquiridos como um instrumento para promover a democracia, a justiça e a inserção regional, coloca-se, portanto, como a vocação para o Curso de Direito Faculdade Projeção de Ceilândia.

Quando a Faculdade Projeção a assume este compromisso por meio de seu Curso de Direito, nada mais faz que dar vida aos ideais do Estado Democrático de Direito, plasmado na Constituição Federal de 1988 e que se fundamenta na divisão de responsabilidades entre Estado e sociedade com o fim de implementar o conjunto de benefícios sociais fundamentais inscrito no horizonte constitucional.

Não se pode descuidar, ainda tendo em mira a realidade social na qual se encontram inseridos os alunos do Curso de Direito, da tradição regional em se buscar, pela via do acesso a cargos públicos, a inserção no mercado de trabalho.

O Distrito Federal, enquanto Capital da República, assume características singulares no que diz respeito ao mercado de trabalho para certas categorias profissionais, especialmente para o bacharel em Direito. Centro administrativo do País concentra em nível federal, as estruturas hierarquicamente superiores dos três poderes, todos eles com grandes espaços no mercado de trabalho privativo do bacharel ou mesmo do advogado.

Ao lado dessa estrutura superior, há também sua correspondente ao nível do Governo do Distrito Federal, que ampliam o leque de possibilidades, que são complementadas ainda pelo grande número de funções administrativas, tanto no setor público como no privado, em que o bacharel concorre em igualdade de condições – e não raras vezes com enorme vantagem comparativa – com outros profissionais.

No Poder Executivo, são campos de atuação, senão exclusivo, prioritários para os profissionais de Direito, ao nível federal, a Advocacia Geral da União, o Ministério da Justiça, o Ministério da Fazenda, as Consultorias Jurídicas de todos os Ministérios Cíveis e Militares e assessorias jurídicas de empresas estatais. Ao nível distrital, a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Civil e a Polícia Militar do Distrito Federal e a Procuradoria Geral do Distrito Federal, além de consultorias ou assessorias jurídicas das demais Secretarias de Estado e de empresas governamentais.

O Ministério Público como instituição fora de qualquer dos Poderes da União requer, para preenchimento da quase totalidade dos cargos no Ministério Público Federal, no Ministério Público do Trabalho, no Ministério Público Militar, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nas Procuradorias e na Defensoria Pública, seja no mínimo bacharel em direito e, em algumas circunstâncias, advogados. Com

exclusividade Promotores, Procuradores e Defensores, precisam ter formação jurídica e submeterem-se a concurso público.

No Poder Legislativo, as assessorias jurídicas do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados) e da Câmara Legislativa do Distrito Federal são ocupadas por bacharéis em Direito.

No Poder Judiciário, os cargos de ministros e juízes, de advogados, assessores jurídicos, diretores de serventias judiciais, e outros ofícios funcionais da Justiça, no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no Superior Tribunal Militar, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e respectivas varas. No plano local, há o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e respectivas varas e serventias judiciais, elas são ocupadas exclusivamente por bacharéis em Direito. Além disso, nas circunscrições judiciárias de Brasília e das cidades satélites e entorno, existem muitos cartórios extrajudiciais, com finalidades variadas, exigindo bacharelado em Direito. Toda essa estrutura tende a crescer à medida que se concretizam os princípios do Estado Democrático de Direito e o exercício da cidadania.

Diante de todas as oportunidades de trabalho e das demandas sociais supracitadas, faz-se necessária a antecipação da formação de um contingente de pessoas com competência técnica direcionada para o suprimento desse mercado de trabalho específico.

E é diante desta perspectiva e da busca pela formação de profissionais que possam compreender e atuar no contexto social com ética, comprometidos com a construção de uma sociedade colaborativa na defesa dos direitos fundamentais, da igualdade, da justiça e imbuída de valores democráticos que o Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia se justifica.

5.3.1 Justificativa institucional para implantação e oferta do curso

As transformações sociais, políticas e econômicas experimentadas pelo país na primeira década do Século XXI permitiram a ruptura de barreiras que dificultavam a mobilidade de vasta camada da população, processo que acarreta em variadas e positivas consequências, dentre elas a busca por maior qualificação profissional e melhor formação acadêmica. De fato, os anos presentes têm Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

contemplado grande ascensão de famílias para a classe média - que hoje já congrega mais de 50% das famílias brasileiras - e significativo afluxo de indivíduos deste grupo aos bancos da academia, representando um novo público para os Cursos de Direito.¹

Diante deste contexto, a Faculdade Projeção de Ceilândia se coloca acolhendo os concluintes do ensino médio e outros tantos que almejam fazer um curso superior. A população da cidade de Ceilândia possui renda média per capita mensal de 1,2 salários mínimos, portanto, representa na sua maioria pessoas da classe C; D e E, perfil muito diferente de ingressantes de instituições públicas federais, na sua maioria pertencente à classe A e B. Outro fator importante é a proximidade da Faculdade com cidades do Entorno de Goiás, Águas Lindas, por exemplo, distante apenas 22 Km, e não possui na região nenhuma instituição que oferta o curso. Para atender este perfil a Instituição promove a inserção destes cidadãos ao ambiente acadêmico por meio de diferentes convênios, parcerias e programas de financiamento estudantil.

Nesta medida, busca-se formar alunos capazes de compreender seu lugar no mundo, sua capacidade de transformar realidades políticas e sociais, de perceber a influência que as mudanças globais exercem sobre o indivíduo. E estes são propósitos perseguidos, pela Faculdade Projeção de Ceilândia, na formação discente.

Pensar o Direito como uma ciência cujo domínio permite ao profissional compreender, questionar e transformar, pelo seu agir, realidades conflituosas e desiguais é um dos diferenciais que o Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia oferecerá. Aqui se sustenta o uso do termo 'ciência' na acepção tradicional, como oposto de 'opinião'. Tal qual preconizado por Norberto Bobbio, "ocupar-se cientificamente de algo significa não se abandonar a opiniões e crenças do vulgo, não formular juízos com base em dados imprecisos, mas apoiar-se nas provas dos fatos."

2

A íntima relação entre a ciência jurídica – enquanto ciência social aplicada – e as ciências sociais precisa ser evidenciada e resgatada, pensando-se o Direito não como um conjunto autônomo de conhecimentos técnicos, mas como parte de um todo voltado a compreender as realidades sociais, seus aspectos positivos e

¹ NERI, Marcelo Cortes (org.) **A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: <www.fgv.br/cps/ncm>. Acesso em: 11 set. 2010.

² BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: UnB, 2004. p. 164. v. 1.

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

negativos, seus conflitos e crises, e oferecer respostas eficazes às demandas que se acumulam.

Nesta medida, formar profissionais dotados de conhecimento jurídico sólido é ponto de partida para algo maior, pois se entende que não basta o domínio do saber técnico se este não se conciliar com uma visão crítica e reflexiva, preocupada com as questões sociais mais relevantes, formada a partir de uma correta e clara noção acerca da dimensão social do Direito.

Construir junto aos discentes a capacidade de se compreenderem como cidadãos e agentes ativos no processo de transformação social, aptos a utilizar os conhecimentos técnicos adquiridos como um instrumento para promover a democracia e a inserção social, coloca-se, portanto, como a vocação do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia.

Um curso que também receberá estudantes oriundos de camadas sociais ascendentes, eles mesmos frutos de um processo de travessia experimentado pela nação, e que devem funcionar, uma vez inseridos no mercado de trabalho, como agentes perpetuadores deste processo, promovendo, eles também, o ingresso de outros no mesmo patamar social. Quando a Faculdade Projeção de Ceilândia assume este compromisso por meio de seu Curso de Direito, nada mais faz que dar vida aos ideais do Estado Democrático de Direito, plasmado na Constituição Federal de 1988 e que se fundamenta na divisão de responsabilidades entre Estado e sociedade com o fim de implementar o conjunto de benefícios sociais fundamentais inscrito no horizonte constitucional.³

Não se pode descuidar, enfim, ainda tendo em mira a realidade social na qual se encontram inseridos os alunos do Curso de Direito, da tradição regional em se buscar, pela via do acesso a cargos públicos, a inserção no mercado de trabalho. O Distrito Federal, por ser a Capital da República, tem características singulares no que diz respeito ao campo de atuação profissional para certas categorias, dentre as quais se destaca o bacharel em Direito. Centro administrativo do país concentra, em nível federal, as estruturas hierarquicamente superiores dos três Poderes da República, todos com grandes espaços no campo de trabalho. O perfil profissional e econômico da cidade aconselha que o processo de ensino-aprendizagem dos

³ FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria Geral do Estado**. Tradução de Marlene Holzhausen. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 647-649.
Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

estudantes de Direito tenha por foco uma adequada preparação para exercício das carreiras públicas de Estado.

Neste sentido, e cuidando para que a formação cidadão que orienta e estrutura o Curso de Direito se faça presente em qualquer campo de atuação profissional, busca-se preparar os discentes para o exercício de cargos na esfera estatal por meio dos quais realizem as tarefas deles esperadas. Que compreendam a relevância social das funções públicas, a repercussão coletiva de todos os atos e omissões praticados, a responsabilidade social e democrática que acompanha o exercício de qualquer carreira pública, a imperiosidade em agir com probidade e boa-fé, a necessidade de comprometimento com valores éticos e de justiça social.

5.7 Estrutura curricular

5.7.1 Flexibilidade curricular

A integralização da matriz curricular está prevista para ocorrer em 10 semestres. Os pré-requisitos exigidos para se cursar algumas disciplinas, atendem a necessidade de orientação do discente para o melhor aproveitamento do conteúdo programado, sem prejudicar a flexibilidade da matriz curricular.

Visando atender a formação sócio-humanística, imprescindível que este projeto tenha por foco a interdisciplinariedade, o que se evidencia na ementa de inúmeras disciplinas que preservam a relação teórica fundante com a consciência que se desenvolve. As disciplinas optativas também são importantes instrumentos na promoção da flexibilidade curricular, regularmente nosso discente pode optar por duas disciplinas optativas, entre elas: Gestão Organizacional, Libras, Seguridade Social: Previdenciário, Política de Criança, Adolescente e Juventude e Formação Sócio-Histórica do Brasil.

5.7.4 Matriz curricular

Matriz 2017.1		
Disciplina	C.H.	Pré-Requisitos
1º Semestre		
Sociologia	80	
Economia (EAD)	80	
Psicologia	40	
Leitura e Produção de Texto	80	

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

Antropologia	40	
Introdução ao Estudo do Direito	80	
	400	
2º Semestre		
Ciência Política	80	
Meio Ambiente e Sustentabilidade (EAD)	80	
Direito Constitucional - Direitos Fundamentais e Sociais	80	
Direito Civil - Parte Geral	80	
Direito Penal - Teoria do Crime	80	
	400	
3º Semestre		
Direito Processual Penal: Investigação e Processo Criminal	80	
Direito Civil- Teoria Geral das Obrigações e dos Contratos	80	D-204
Direito Penal - Teoria da Pena	80	D-205
Direito Constitucional - Organização do Estado	80	D-203
Direito Processual Civil - Parte Geral	80	
	400	
4º Semestre		
Direito Civil - Contratos em espécie	80	D-302
Direito Penal - Parte Especial I	80	D-303
Direito Constitucional - Processos Constitucionais	80	D-304
Direito Processual Penal: Procedimentos e Recursos Criminais	80	D-301
Direito. Processual Civil - Conhecimento	80	D-305
	400	
5º Semestre		
Direito Processual Civil - Recursos	80	D-405
Direito Civil - Direitos Reais	80	D-204
Direito Penal - Parte Especial II	80	D-303
Direito Individual do Trabalho	80	
Direito Empresarial - Teoria da Empresa	80	
	400	
6º Semestre		
Direito Tributário: Noções Fundamentais	80	D-304
Direito Civil - Família	80	
Direito Coletivo do Trabalho	80	D-504
Direito Processual Civil - Execução	80	D-405
Direito Empresarial - Títulos de Crédito e Falência	80	D-505
	400	
7º Semestre		
Direito Civil - Sucessões	80	D-602
Direito Administrativo - Organização Administrativa do Estado	80	
Direito Processual do Trabalho	80	D-603
Método de Solução de Conflitos (EAD)	80	
Direito Tributário: Crédito Tributário	80	D-601
Estágio Supervisionado I	80	D-501

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

	480	
8º Semestre		
Ética Geral e Profissional	80	
Direito do Consumidor	80	
Direito Administrativo - Atividades Administrativas	80	D-702
Filosofia	80	
Estágio Supervisionado II	80	D-706
	400	
9º Semestre		
Tópicos Especiais (EAD)	160	D-805
Direito Internacional	80	D-304
Optativa I	80	
Trabalho de Conclusão de Curso I	80	
Estágio Supervisionado III	80	D-805
	480	
10º Semestre		
Legislação Penal e Processual Especial	80	D-503
Direitos Humanos (EAD)	80	
Trabalho de Conclusão de Curso II	80	D-904
Optativa II	80	
Estágio Supervisionado IV	80	D-905
	400	
Atividades Complementares	200	
Optativas	160	
	CH	
Total Horas para Colação de Grau: 4.360h	4360	
Total Horas Relógio	3720	
Optativas		
Gestão Organizacional (EAD)	80	
Libras	80	
Política da Criança, Adolescente e Juventude	80	D-203
Seguridade Social: Previdenciário	80	D-504
Formação Sócio-histórica do Brasil	80	

5.8 Metodologia

A Instituição de Ensino como agente principal no processo de formação profissional de seus educandos deve estar mobilizada no sentido de atender às

expectativas de seu público-alvo e da sociedade enquanto potenciais empregadores dos perfis profissionais requeridos.

Nesse processo de formação é fundamental transformar os conhecimentos adquiridos na educação básica em competências e habilidades necessárias às diferentes atividades profissionais.

A formação de novos profissionais é um desafio presente para os professores e os estudantes das diversas áreas do conhecimento, que precisam assumir o processo de aprendizagem de forma responsável e controlada, que assegure a todos uma adequada aquisição de conhecimentos e de competências. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que conhecimentos não são ensinados, mas sim aprendidos por estudantes motivados para tal finalidade. As competências não se ensinam, adquirem-se, fazendo, vivenciando e experimentando.

Para tanto, uma relação estreita entre a Instituição de Educação Superior e a organização ou empresa fortalece a aprendizagem, como espaços próprios onde se manipulam e aplicam os conhecimentos e se alimentam a motivação e a estimulação indispensáveis nos estudantes.

Pode-se extrair deste contexto que os Cursos Superiores da Faculdade Projeção de Ceilândia em suas concepções curriculares, **privilegiam o saber em articulação com a prática** que oferecem as organizações e empresas, reconhecendo que estas desempenham um papel importante no desenvolvimento, na inovação e na produção de bens e serviços. **E, sobretudo, privilegia a aprendizagem ativa e significativa, por meio da centralidade do aluno no processo de ensino e aprendizagem.**

A metodologia de ensino e aprendizagem aplicada nos Cursos Superiores da Faculdade Projeção de Ceilândia, portanto, está baseada também nos parâmetros, a saber:

- a. Atividades extraclasse e complementares (visitas técnicas, viagens acadêmicas, palestras, oficinas, entre outros);
- b. Aulas de campo (visitas técnicas);
- c. Material didático de apoio;
- d. Recuperação de aprendizagens paralelas;
- e. **Aprendizagem significativa;**
- f. Integração entre as disciplinas promovendo a interdisciplinaridade e a transversalidade;

- g. Conhecimentos específicos;
- h. Foco e **contextualização da realidade**;
- i. Qualificações humanas por meio da interiorização de atitudes e valores;
- j. Aplicação de metodologias inovadoras e ativas de aprendizagem.**
- k. O professor como o agente de integração mais importante em todo o processo de formação profissional.

Os parâmetros metodológicos expressos acima preconizam uma prática pedagógica diferenciada, que promove o atendimento às diferentes necessidades dos educandos, que orienta e reorienta o processo didático e estabelece metas em relação à aquisição de competências e habilidades.

A faculdade Projeção de Ceilândia promove o estudo e aplicação de metodologias inovadoras de aprendizagem no âmbito das disciplinas e tem buscado qualificar os seus docentes para alcançar a excelência acadêmica definida prioridade estratégica.

5.8.1 Metodologias de ensino e aprendizagem

As competências não se ensinam, adquirem-se, fazendo, vivenciando e experimentando. Para tanto, um casamento entre a Instituição de Ensino Superior e a organização ou empresa fortalece a aprendizagem, como espaços próprios onde se manipulam e aplicam os conhecimentos e se alimentam a motivação e a estimulação indispensáveis nos estudantes. Pode-se extrair deste contexto que os Cursos da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção, em sua concepção curricular, privilegiam o saber, reconhecendo que estas desempenham um papel importante no desenvolvimento, na inovação e na produção de bens e serviços.

A metodologia de ensino e de avaliação é baseada ainda nos seguintes parâmetros: atividades extraclasse e complementares; aulas de campo; material didático de apoio (via blog do aluno); recuperação de aprendizagens paralelas; processos avaliativos que buscam integrar, negociar interesses comuns entre educandos e docentes; integração entre as disciplinas; metodologia problematizadora, partindo dos conhecimentos do educando; aulas dialogadas, debates e discussões em pequenos e grandes grupos; pesquisa temática; produções

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

individuais e grupais conhecimentos específicos; foco e contextualização na realidade; qualificações humanas por meio da interiorização de atitudes e valores e tendo o professor como o agente de integração mais importante em todo o processo de formação profissional.

Os parâmetros metodológicos expressos acima preconizam uma prática pedagógica diferenciada, que promove o atendimento às diferentes necessidades dos educandos, que orienta e reorienta o processo didático e estabelece metas em relação à aquisição de competências e habilidades. Ressalta-se ainda que as escolhas metodológicas devem levar em consideração alguns aspectos pedagógicos como: concepção pedagógica do curso, perfil dos egressos, natureza dos conteúdos, grau de maturidade dos alunos, nível acadêmico dos alunos e experiência dos docentes com as metodologias propostas, associando-as aos tipos de avaliação aplicados. Dessa forma, durante um curso de longa duração, composto de várias áreas do conhecimento, é possível e recomendado que os docentes utilizem e apliquem diferentes metodologias de ensino.

5.8.1.1 Metodologias ativas de aprendizagem no âmbito do curso

Acima de tudo, a formação discente deve ser realizada com vista a promover sua independência intelectual, preparando os estudantes para serem agentes de sua própria formação, capacitados a construir seu conhecimento pela busca de informações e sua adequada articulação com dados técnicos e experiências concretas. O Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta objetivos que estabelecem diretrizes e metas para a valorização da formação docente. Assim, o uso de metodologias ativas de aprendizagem associadas a técnicas de ensino e estudo é alternativa viável para a mediação e construção de conhecimentos teóricos, práticos e com significado social, incluindo a realização de pesquisas. Por isso, nas práticas pedagógicas e mediação da aprendizagem nos cursos da Escola há o incentivo e uso de metodologias ativas de aprendizagem, como recursos para a formação crítica e reflexiva dos estudantes por meio de processos de ensino e aprendizagem construtivistas que relevam o contexto contemporâneo da docência quando favorecem a autonomia e a curiosidade dos educandos, de modo a estimular tomadas

de decisões individuais e coletivas, advindos das atividades essenciais da prática social e em contextos do estudante.

As metodologias ativas de aprendizagem exigem uma nova postura do discente e do docente, assim, a Escola de Ciências Jurídicas e Sociais compreendeu a necessidade de realizar estudos mais avançados acerca das principais metodologias ativas de aprendizagem e iniciar aplicação sistematizada nas disciplinas. Para tanto, foram criados grupos de pesquisa em metodologias ativas, sendo que a Instrução por Colegas ou a Peer Instruction foi a eleita como a metodologia ativa que melhor se identificava com as demandas do Curso de Direito. Os grupos de pesquisa são liderados por Professores que aplicam a metodologia Peer Instruction em uma de suas disciplinas e, simultaneamente, trabalham com metodologia convencional (expositiva) com outra turma da mesma disciplina – o que favorece a comparação de resultados, a primeira é denominada piloto e a segunda padrão. Ao final do semestre os docentes envolvidos compartilham suas experiências e resultados com outros docentes e publicam seus resultados na forma de relato de experiência e artigo científico.

As experiências com metodologias ativas não buscam tão somente monitorar o resultado das avaliações, mas também os resultados nas relações interpessoais entre os discentes, coletando seus relatos e percepções a respeito da vivência que lhe é oportunizada.

5.12 Apoio ao discente

A Faculdade Projeção de Ceilândia oferta, regularmente, diversos projetos visando oportunizar ao discente o apoio necessário para a sua jornada acadêmica. Deste modo, organiza-se de forma sistemática e integradora, considerando que a retenção dos alunos nos cursos superiores é hoje um desafio paralelo ao do acesso, e que a qualidade na Educação Superior passa pela permanência de seus alunos até a integralização dos cursos.

Considerando a abrangência e a diversidade das ações realizadas para reduzir significativamente a taxa de evasão, a Faculdade Projeção de Ceilândia no âmbito do seu Programa de Apoio ao Discente, busca promover o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem na permanência dos estudantes, identificadas pelos estudos e pelo acompanhamento desses indicadores e que são de consenso entre docentes e gestores, tais como: deficiências

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

de conhecimentos oriundas da formação anterior, problemas de ordem psicológica e psicopedagógica, problemas de ordem financeira; falta de acolhimento no mundo universitário; dificuldades em conciliar trabalho e estudo, dificuldades em desenvolver os trabalhos finais de curso, além das dificuldades apresentadas pelas pessoas com deficiência (PcD).

Para tanto, a Faculdade Projeção de Ceilândia possui em sua estrutura organizacional Núcleos, órgãos e setores que atendem prioritariamente as demandas específicas do alunado voltadas para o apoio extraclasse, psicopedagógico, de acessibilidade atitudinal e pedagógica; além de atividades de intercâmbios em universidades nacionais e internacionais parceiras e do nivelamento de conteúdo.

5.12.1 Núcleo de apoio psicopedagógico ao estudante (NAPES)

O **Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES**, dispõe de profissionais especializados para atender as demandas oriundas jornada acadêmica do estudante, notadamente nas dificuldades referentes ao processo de ensino e aprendizagem enfrentados ao longo da integralização do Curso Superior.

O NAPES oferece aos alunos da Faculdade Projeção de Ceilândia a oportunidade de ampliar a discussão sobre questões que, de alguma forma, influenciam em seu rendimento acadêmico: seja na perspectiva de auxílio na resolução de conflitos que estão comprometendo o desempenho nos estudos ou no sentido de contribuir para a otimização na utilização de recursos pessoais e relacionais no que se refere ao desenvolvimento acadêmico e profissional.

O serviço oferecido pelo NAPES é composto pelas seguintes linhas de desenvolvimento: atendimento psicopedagógico; orientação psicológica, orientação vocacional e gestão de carreiras. É importante destacar que embora seja voltado para o desenvolvimento e aprimoramento acadêmico dos alunos, este Núcleo não tem intenção ou função de clínica psicoterapêutica, devendo fazer os devidos encaminhamentos, quando necessários.

A orientação psicológica pode ajudar os alunos a formular suas aspirações; descobrir caminhos para soluções de problemas específicos que estejam comprometendo o rendimento acadêmico; otimizar a utilização de seus recursos intelectuais, psíquicos e relacionais; além de fornecer orientação ao aluno quanto aos seus conflitos e/ou quanto à necessidade da busca de um serviço de atendimento

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

psicológico, visto que esta orientação não tem finalidade clínica e seus objetivos estão voltados principalmente para uma efetiva adaptação do estudante ao contexto acadêmico.

5.12.2 Centrais de atendimento ao aluno (CAA/CAF)

A Central de Atendimento ao Aluno - CAA é responsável pela orientação de procedimentos acadêmicos, recebimento, encaminhamento e acompanhamento de solicitações formalizadas pelos alunos aos setores da Instituição, tais como: Secretaria Acadêmica, Diretoria de Unidade, Coordenação de Cursos e Núcleos Acadêmicos.

A Central de Atendimento Financeiro – CAF atua no atendimento aos alunos da Faculdade Projeção de Ceilândia, desenvolvendo atividades que compõem os processos financeiros. Além disso, a Faculdade Projeção de Ceilândia está cadastrado no Programa Universidade para Todos (PROUNI), como também no Financiamento para Estudantes de Educação Superior (FIES). Possui uma política de convênios de descontos com diversas empresas no DF, objetivando a concessão de bolsas e/ou descontos.

A Faculdade Projeção de Ceilândia possui ainda um setor específico para tratar tais demandas, a **Central de Bolsas, Financiamentos e Convênios – CBFC**. Tais programas de financiamento estudantil e bolsas de estudos completam a política de amplo apoio ao discente desenvolvida pela Faculdade Projeção de Ceilândia.

5.12.3 Incentivo à pesquisa e intercâmbios

O Programa de Iniciação Científica da Faculdade Projeção de Ceilândia promove a iniciação do aluno no interesse, busca, uso, produção e divulgação do conhecimento científico, em suas técnicas, organização e métodos, e objetiva: (i) despertar vocação científica e incentivar talentos entre estudantes de graduação; (ii) proporcionar ao aluno bolsista, orientado por um pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos; (iii) estimular e desenvolver o pensamento científico e a criatividade decorrente das condições criadas pelo confronto com os problemas de pesquisa; (iv) estimular os pesquisadores com reconhecida excelência na produção do conhecimento científico a incorporar Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

estudantes de graduação em seus trabalhos de pesquisa; e (v) preparar alunos para a pós-graduação.

As linhas de pesquisa de Iniciação Científica são orientadas por docentes mestres e doutores, fundamentadas em projetos com cronogramas e planejamentos bem estabelecidos. Cabe ao discente de Iniciação Científica, dentre outras responsabilidades: (i) elaborar relatos de pesquisa e de atividades de iniciação científica; (ii) apresentar o trabalho desenvolvido na Semana de Iniciação Científica da Faculdade Projeção de Ceilândia; (iii) fazer referência à sua condição de bolsista de iniciação científica nas publicações e nos trabalhos apresentados em eventos científicos; e (iv) produzir, no mínimo, um artigo científico e submetê-lo a periódicos do Grupo Projeção ou externos.

Como incentivo às atividades de pesquisa e apoio discente, a Faculdade Projeção de Ceilândia concede bolsas de estudo de 33%, em modalidade de descontos em mensalidade, para os estudantes do Programa de Iniciação Científica que concorrem aos editais anuais e que têm seus projetos aprovados pela comissão de avaliação.

Quanto aos intercâmbios nacionais e internacionais, destaca-se que a Faculdade Projeção de Ceilândia tem como prática recorrente, desde o ano de 2009, a realização de viagens acadêmicas que oportunizam aos alunos acesso à cultura de novos estados e países, bem como a compreensão *in loco* do mercado profissional, por meio das visitas em fábricas, escritórios, empresas, instituições de educação, hospitais, entre outros; e, ainda, do ambiente acadêmico de grandes universidades brasileiras e estrangeiras.

A partir de 2017, por meio do Programa de Bolsas Ibero-Americanas, a Faculdade Projeção de Ceilândia encaminhará alunos bolsistas para realizar o intercâmbio acadêmico na Universidade do Porto em Portugal. Contudo, além da U. Porto, a Faculdade Projeção de Ceilândia possui convênio de cooperação acadêmica com a Universidade de Talca (Chile) e a Universidade de Salamanca (Espanha).

A Faculdade Projeção de Ceilândia tem intensificado as relações internacionais, pois acredita que a mobilidade acadêmica dos alunos, especialmente para os países europeus, norte-americanos e sul-americanos, seja de grande relevância para a excelência na formação acadêmica e profissional do seu alunado.

5.12.4 Nivelamento de conteúdos

A cada início de semestre letivo os professores da Faculdade Projeção de Ceilândia que ministram as disciplinas propedêuticas pertencentes ao Núcleo Comum do Projeção (Sociologia, Economia, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Leitura e Produção de Textos e Ciência Política) atualizam os planos de ensino, inserindo estratégias de nivelamento dos conteúdos que serão realizadas no âmbito de cada disciplina.

Normalmente, as estratégias definidas são estudos dirigidos individuais, resenhas de textos específicos, trabalhos e/ou seminários, listas de exercícios adicionais, entre outras atividades. Esta ação tem como objetivo proporcionar a compreensão de conteúdos pré-requisitos facilitando, deste modo, o avanço no conhecimento dos conteúdos programáticos, de acordo com a ementa das disciplinas.

E, ainda, além destas estratégias definidas pelos docentes para cada disciplina, a Instituição desenvolve, por meio do Núcleo de Extensão (NEX) e do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), cursos de Nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa, que tem como objetivo principal equalizar o nível de conhecimento dos alunos e facilitar o desenvolvimento das disciplinas subsequentes da estrutura curricular.

5.14 Sistemática de avaliação de aprendizagem

O processo avaliativo da aprendizagem deve considerar os aspectos qualitativos sobre os quais se fundamentam a instituição de Educação Superior. Os indicadores qualitativos e quantitativos devem ser compatíveis e deve ser evitado o reducionismo de um ou de outro.

De acordo com Perrenoud (2002), a avaliação de aprendizagem é um processo mediador na construção do currículo e está relacionada diretamente à gestão da aprendizagem dos discentes. O docente não pode considerar somente os resultados das provas periódicas, normalmente de caráter classificatório, pois mais importante que a classificação, com viés meramente somativo, são as observações diárias, acerca de cada discente, com relevante caráter diagnóstico.

Compreende-se, também, que a adoção de um processo avaliativo implica no estabelecimento de parâmetros, critérios e padrões de referência, na perspectiva da Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

unidade de ação pedagógica e da coerência com princípios básicos e contemporâneos da avaliação, a saber:

- Respeito à identidade do curso superior, ao perfil do ingressante e do egresso.
- Promoção da autonomia docente exercida com responsabilidade e ética.
- Respeito aos direitos individuais e coletivos dos estudantes.
- Continuidade que permita comparação dos dados em diferentes momentos, ensejando a **avaliação de natureza processual**.
- Valorização dos conteúdos significativos para a aquisição, produção e desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades.
- Comparatividade, princípio que requer alguma padronização de conceitos ou indicadores.
- Legitimidade, dado que requer a adoção de metodologias e construção de indicadores capazes de conferir significado às informações.
- Pertinência ou reconhecimento por todos os agentes da legitimidade do processo avaliativo, seus princípios norteadores e seus critérios.

Com base nesses princípios, a avaliação é considerada como um processo contínuo e sistemático; funcional; orientadora e integral; devendo estar a serviço da melhoria da ação educativa, e não podendo estar dissociada do projeto pedagógico do curso.

No Curso de Direito a avaliação tem as seguintes funções: diagnóstica, somativa e, sobretudo, formativa. A auto avaliação, por parte do aluno e docente, também compreende uma etapa importante na sistemática da avaliação do desempenho acadêmico e objetiva a reorientação contínua do processo de ensinagem.

A avaliação da aprendizagem é realizada no âmbito de cada componente curricular, em conformidade com os planos de ensino, observando-se o processo de desenvolvimento do aluno na aquisição das competências e habilidades estabelecidas em cada disciplina do currículo.

Diante desta sistemática, está prevista a recuperação de conteúdos para aqueles alunos que não alcançarem a média final 6 (seis), que é a média mínima exigida para aprovação nos cursos de graduação da Faculdade Projeção de Ceilândia, dando-lhes a oportunidade de uma nova avaliação e levando-se em consideração como indicador de uma avaliação global a auto avaliação.

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

A Faculdade Projeção de Ceilândia estabelece critérios e normas para a avaliação de desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de graduação a partir do PDI, Regimento Interno e das Resoluções internas específicas acerca do assunto oriundas das discussões dos membros do Conselho Superior. Resumidamente, a avaliação da aprendizagem, em conformidade com a Resolução do Conselho, deve ser realizada por meio de duas avaliações (A1 e A2) durante o semestre letivo, sendo que a primeira contempla necessariamente uma prova escrita e outras atividades diversas como seminários, trabalhos em grupo, questionários, debates, entres outras; e a segunda abrange a totalidade dos conteúdos ministrados durante o período letivo, exceto quando houver prova institucional no Curso Superior.

A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos é parte integrante, portanto, do processo de ensino e aprendizagem, e incide sobre a frequência e o aproveitamento pedagógico do discente. A frequência as aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória para os alunos regularmente matriculados e o abono de faltas é vedado.

São atribuídas notas de zero a dez, com graduação de meio ponto, às diversas modalidade de avaliação do desempenho acadêmico. A média final (MF) do aluno, para fins de registro acadêmico, representa o desempenho durante o semestre letivo em cada componente curricular.

No plano de ensino da cada componente curricular consta, obrigatoriamente, a sistemática de avaliação de desempenho com a indicação detalhada das avaliações como tipo, forma e periodicidade. Todas as demais normas e especificidades acerca da sistemática de avaliação de aprendizagem constam na Resolução específica do Conselho Superior e os casos omissos serão analisados e definidos pela Coordenação do Curso, Direção da Escola e Colegiado de Curso, dependendo da sua complexidade.

6. CORPO DOCENTE

6.1 Núcleo docente estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme a Resolução CONAES nº 01 de 17 de junho de 2010, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE na Faculdade Projeção de Ceilândia contribui para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zela pela integração curricular interdisciplinar; indica formas de incentivo à pesquisa e extensão; e, sobretudo, zela pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas ao Curso.

O NDE do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia é constituído por membros do corpo docente com relevante experiência no magistério superior, com formação acadêmica na área do Direito, com vasto tempo de permanência e atuação neste Curso Superior e com participação ativa no desenvolvimento do Curso.

A constituição do NDE do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, portanto, contempla a participação ativa do Coordenador do Curso, como Presidente, e de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente atual do Curso. Todos os membros contam com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; e trabalham em regime de tempo parcial ou integral, sendo, no mínimo, 20% em tempo integral.

A Faculdade Projeção de Ceilândia, por meio da atuação da Coordenação de Curso, assegura a renovação parcial dos integrantes do NDE, garantindo a continuidade do processo de acompanhamento e atualização do PPC.

Deste modo, o NDE realiza, no mínimo, 02 (duas) reuniões ordinárias durante o semestre letivo, no intuito de discutir e revisar o PPC e demais temas relacionados à proposta pedagógica do Curso. Todas as reuniões estão devidamente registradas em atas que estão arquivadas na Coordenação do Curso.

6.1.1 Atuação do NDE

O NDE do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia é, de fato, atuante e participa ativamente de todo o processo de concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

As atas que constam arquivadas em pasta específica e em meio físico na Coordenação de Curso atestam as diversas e contínuas discussões realizadas, durante os semestres letivos, desde o início da oferta do Curso, que visam o processo de melhoria do Curso Superior.

Os membros do NDE demonstram comprometimento com o Curso, com a Instituição e, sobretudo, com o êxito na formação acadêmica e profissional dos alunos. Estes docentes, membros do NDE, destacam-se no âmbito do corpo docente, pois Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

compreendem, de modo aprofundado e legítimo, a estrutura curricular, o ementário, a proposta pedagógica e metodológica do Curso Superior. E, diante deste contexto, atuam em parceria com a Coordenação de Curso na ampla divulgação e orientação dos demais professores acerca dos objetivos do Curso, da justificativa de oferta, do perfil do egresso, do currículo, do processo de avaliação de aprendizagem e do ementário.

6.2 Coordenação de curso

O Coordenador de Curso na Faculdade Projeção de Ceilândia realiza a gestão do funcionamento do curso sob a sua coordenação, respondendo pela implementação do Projeto Pedagógico do Curso, pelo desempenho dos professores e pela qualidade da aprendizagem dos alunos, com a finalidade de concretizar todos os objetivos e metas definidas para o curso. Realiza, também, a gestão dos colaboradores que atuam diretamente sob a sua coordenação, coordenando, supervisionando e acompanhando o desempenho de cada um com a finalidade de alcançar os resultados propostos, promovendo o crescimento do curso e o bom ambiente de trabalho.

O Coordenador de Curso na Faculdade Projeção de Ceilândia responde pelo cumprimento de todas as questões legais referentes ao curso sob a sua coordenação, atendendo à legislação vigente e às normas da Instituição. É responsável pela gestão dos processos acadêmicos, responsabilizando-se pelas deliberações, encaminhamento e resolução dos mesmos. Favorece o processo de trabalho em equipe, buscando a integração com todos os setores com os quais tem ligação funcional. E, ainda, responde por todas as atividades que tenham como finalidade a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem, contribuindo para consolidar a imagem do curso sob a sua coordenação.

Conclui-se, portanto, que a atuação do Coordenador de Curso da Faculdade Projeção de Ceilândia considera a gestão de todos os processos relacionados ao curso, a amistosa e comprometida relação com os professores e discentes do curso, bem como a sua liderança e representatividade no Colegiado e NDE do Curso e no Conselho Superior.

6.2.1 Formação acadêmica

A coordenação do curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia está sob a responsabilidade do Professora Luiza Cristina de Castro Faria, que possui graduação em Direito pelo Uniceub (2006), Mestrado em Direito das Relações Internacionais pelo ICPD – Uniceub (2010) e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do vale do Rio dos Sinos.

6.2.2 Experiência profissional, de magistério e de gestão acadêmica

O Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, professora Luiza Cristina de Castro Faria, possui 08 anos de experiência profissional como docente na Educação Superior, 05 anos de experiência na gestão acadêmica de Cursos Superiores e 09 no mercado profissional. Deste modo, conclui-se que a Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia possui experiência profissional no mercado, no magistério superior e na gestão acadêmica, somadas, igual a 09 anos.

6.2.3 Regime de Trabalho

A Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia, professora Luiza Cristina de Castro Faria, está contratado pela Mantenedora em regime de tempo parcial e possui 24 horas semanais para Coordenação deste Curso Superior. Deste modo, considerando a relação entre o número de vagas autorizadas e as horas semanais de Coordenação, tem-se 200/24, resultando em 8,33

6.3 Titulação do corpo docente

A Faculdade Projeção de Ceilândia percebe em seu corpo de pessoal uma vantagem competitiva, em especial em seu corpo docente, que permanentemente busca vencer os desafios advindos da prática docente por meio da participação nas atividades promovidas pelo **Programa de Formação Continuada e Prática Docente da Instituição** e de outras iniciativas próprias que buscam o desenvolvimento da *professoralidade*. A IES é consciente de que o professor é um dos principais contribuintes no sucesso de seus alunos e sabe de seu papel na formação e na qualificação do seu principal agente.

Deste modo, o corpo docente da Faculdade Projeção de Ceilândia é um dos referenciais de qualidade da instituição. A indissociabilidade das políticas de ensino, pesquisa e extensão, aliada à qualificação acadêmica dos professores, e à sua competência técnica e política para o magistério superior, constituem-se a base para a oferta de serviços educacionais de excelência.

Para promover a formação contínua dos docentes, seu aperfeiçoamento e desenvolvimento, dar-se-á continuidade ao **Programa de Formação Continuada e Prática Docente** da Faculdade Projeção de Ceilândia, que realiza diversas atividades periódicas com ênfase no desenvolvimento e/ou aprimoramento da *professoralidade*. E, ainda, no intuito de qualificar o quadro de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, a Faculdade Projeção de Ceilândia oportunizou, a partir do ano de 2015, a oferta de programas de Mestrado e Doutorado, por meio de MINTER e DINTER formalizados com a Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, com condições especiais para os docentes da instituição.

Os Diretores de Escola e Coordenadores de Curso são orientados a priorizar a titulação no seu planejamento docente, sendo esta política institucionalizada por meio de ações de esclarecimento e orientação aos docentes sem titulação, dando-lhes prazo para completar sua qualificação, oferecendo-lhes para tanto apoio institucional, de preparação e orientação por meio do Núcleo de Pesquisa e Inovação, especialmente nos programas de formação de pesquisadores, de Gestão de grupos de estudos das Escolas Superiores e de incentivo à Pós-graduação.

6.4 Regime de trabalho do corpo docente

Quanto ao regime de trabalho estabelecem-se critérios para atribuição de carga horária e contratação de professores, priorizando a contratação e atribuição de carga horária aos professores que já compõem o quadro docente em regime de trabalho em tempo parcial e integral e, excepcionalmente, em regime horista.

Neste sentido, conforme o PDI, nenhum docente deverá ter carga horária semanal inferior a 12 horas/aula, fixando-se assim o docente à instituição e abrindo Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

possibilidades para que venha a compor em tempo integral com projetos de pesquisa e extensão ou outras atividades acadêmicas relevantes para os respectivos cursos superiores.

6.5 Experiência profissional do corpo docente

Observando as orientações do Ministério da Educação, além da preferência por professores com titulação mínima de Mestre e considerável experiência docente no magistério superior, a IES também considera o tempo de experiência profissional nas demais organizações ligadas à área de aderência. O papel do docente hoje é muito mais do que ser mediador, é também o de oportunizar o saber e a sua produção. Acredita-se, portanto, que a vivência profissional deste docente o auxiliará a mediar o conhecimento considerando os meios de comunicação de massa que oportunizam, de forma veloz, o acesso dos alunos à informação.

O corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia possui, portanto, vasta e relevante experiência profissional, compreende muito bem o mercado profissional público e privado, e, deste modo, relaciona-o aos conteúdos dos componentes curriculares em sala de aula. Destaca-se que 70% dos docentes do referido Curso Superior possui experiência profissional superior a 03 anos.

6.6 Experiência do corpo docente no magistério superior

O corpo docente do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia possui vasta e relevante experiência no magistério superior, compreende muito bem o ambiente acadêmico, o processo de ensino e aprendizagem e a sua importância na formação de novos profissionais e/ou pesquisadores. Afirma-se, deste modo, que 70% dos docentes do referido Curso Superior possui experiência no magistério superior acima de 03 anos

6.7 Produções científicas, culturais, artística ou tecnológica do corpo docente

Os professores da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais são incentivados, permanentemente, a produção e publicação de trabalhos acadêmicos. Projetos como as práticas investigativas e os grupos de pesquisa desenvolvidos semestralmente, são bons exemplos deste trabalho. As revistas científicas das Faculdade Projeção de Ceilândia são publicadas com regularidade em revistas externas e na Revista da Faculdade Projeção de Ceilândia Direito e Sociedade, sendo está última um importante espaço à divulgação da produção científica do corpo docente.

6.8 Colegiado de curso

O Colegiado do Curso de Direito da Faculdade Projeção de Ceilândia está regularmente constituído e realiza reuniões periodicamente para discutir e aprovar as questões que exigem a sua participação. Participam de sua composição três representantes do Corpo Docente; um representante do corpo discente e o Coordenador do Curso, que preside o órgão.

Esse órgão discute e delibera para a comunidade acadêmica demandas relacionadas aos processos acadêmicos e administrativos do Curso Superior. A renovação do Colegiado do Curso ocorre sempre que necessário, em conformidade com o Regimento Interno da Faculdade Projeção de Ceilândia. Todas as reuniões são registradas em atas que estão arquivadas na Coordenação do Curso.

Deste modo, o Colegiado de Curso realiza, no mínimo, 02 (duas) reuniões ordinárias durante o semestre letivo. Participam como membros do Colegiado os docentes com mais tempo de permanência no Curso e discentes com relevante representatividade dos pares.

Todas as reuniões estão devidamente registradas em atas, que estão arquivadas na Coordenação do Curso e demonstram a representatividade dos segmentos, a periodicidades das reuniões/encontros e o encaminhamento das deliberações.

7. INFRAESTRUTURA

7.1 Infraestrutura da instituição

A Faculdade Projeção de Ceilândia dispõe de 49 salas de aula que atendem de forma suficiente as necessidades da unidade, apresentam excelente ventilação, iluminação natural e artificial adequadas; todas as salas de aula possuem

equipamentos de ar condicionado, sendo que os recursos áudios-visuais (Datashow ou televisão e computador) devem ser agendados para utilização. As carteiras são em número adequado, sendo o suficiente para o número de alunos por turma.

A estrutura física atual da unidade de Ceilândia (P9) é constituída de:

Bloco A: Novo prédio. É constituído por seis pavimentos que oferecem 22 salas de aula, 2 salas de coordenações, a nova biblioteca, 2 subsolos para estacionamento e elevador, agregado a essa estrutura foi disponibilizado uma nova área de convivência com novos dois banheiros. Os ambientes são climatizados e possuem a capacidade média de 75 cadeiras por sala.

Bloco B: É constituído por 9 salas de aula (Capacidade média de 60 cadeiras por sala e aparelho de ar condicionado).

Bloco C: É constituído por 4 salas de aula (Capacidade média de 60 cadeiras por sala e aparelho de ar condicionado), 3 laboratórios de informática, sala dos professores, sala do vestibular e salas para a estrutura administrativa (Direção, CAA, CAF, CPS, Secretaria Acadêmica e Assistente de Direção).

Bloco D: É constituído por 13 salas de aula com capacidade média de 50 cadeiras, sendo todas climatizadas.

Além dos referidos blocos, a estrutura tem ainda áreas para as Coordenações, secretaria das coordenações, NDE – Núcleo Docente Estruturante, NAPES – Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante, Audiovisual, Cobrafix – empresa de cobrança, Assistente Administrativo, 4 gabinetes de professor, Inove - Consultoria Júnior, Brinquedoteca, Laboratório de Serviço Social, Casa do Cidadão, DTI, CPA – Comissão Própria de Avaliação, Arquivo, Copiadora, Lanchonete, espaço de convivência e a Sala Auditório.

A Faculdade dispõe de 20 (vinte) banheiros de uso coletivo para alunos e em todos existe espaço preparado para Portadores de Necessidades Especiais. Para professores dispõe de 03 (três) banheiros privativos sendo um deles para Portadores de Necessidades Especiais. Outros 02 (dois) banheiros atendem o setor administrativo.

A FAPRO-Ceilândia conta com salas para coordenações de curso, equipadas para o fim a que se destina com computador com acesso à internet, telefone e Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

purificador de água. Possui ainda uma sala para realização de reuniões do colegiado, do NDE e para atendimentos a alunos e docentes. Conta também com uma antessala com uma Secretária de coordenação de curso, devidamente alocada próxima à sala da coordenação. De modo geral, os espaços destinados à coordenação de curso e aos demais setores que prestam serviços acadêmicos atendem, de maneira excelente, os aspectos de dimensão, conservação e número de funcionários, alunos e professores.

A Faculdade Projeção de Ceilândia possui diversos projetos e setores que buscam oportunizar ao discente o apoio necessário para realização de um Curso Superior, onde novos desafios lhe são postos.

O **Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES** apresenta uma sala para atendimentos individualizados, com computador, internet e telefone. Dispõe de profissionais especializados a atender as demandas oriundas deste processo de transição, notadamente nas dificuldades referentes ao processo de ensino aprendizagem enfrentados ao longo da vida acadêmica, que inclusive oferece cursos: Como se preparar para uma entrevista, como falar em público, e demais cursos de apoio ao estudante.

A cada início de semestre letivo a Instituição, por meio dos **Núcleos de Extensão (NEX) e de Educação a distância (NEAD)** desenvolvem atividades/oficinas de Nivelamento nas Disciplinas Iniciais, incluindo Língua Portuguesa, Metodologia Científica e Matemática, que tem como objetivo principal equalizar o nível de conhecimento dos alunos e facilitar o desenvolvimento das disciplinas subsequentes da matriz curricular. O Núcleo de Extensão oportuniza aos alunos da Faculdade Projeção de Ceilândia a participação em diversas atividades que envolvem o mercado e comunidade local. O NEX e as Coordenações de Curso promovem cursos, palestras e outras atividades complementares para que os alunos cumpram com este componente curricular. O Núcleo de Educação a distância, oferece extenso apoio aos discentes que estão regularmente matriculados em disciplinas a distância (Cursos presenciais reconhecidos).

A **Central de Atendimento ao Aluno – CAA** possui 3 pontos de atendimento individuais, 4 computadores, 1 impressora a laser, 2 telefones, 1 aparelho de ar Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

condicionado, 3 balcões de autoatendimento, sendo que, em período de maior fluxo, um balcão expresso também realiza alguns atendimentos de entrega de declarações e selos de carteirinhas. Esta central é responsável pela orientação de procedimentos acadêmicos, recebimento, encaminhamento e acompanhamento de solicitações formalizadas pelos alunos a departamentos da Instituição, tais como: Secretaria Acadêmica, Diretoria de Unidade, Diretoria de Tecnologia, Coordenação de Cursos e de Núcleos.

A **Central de Atendimento Financeiro – CAF** detém 3 pontos de atendimento individuais, 4 computadores, 1 impressora a laser, 1 telefone, 1 aparelho de ar condicionado e duas estações com acesso exclusivo para alunos que necessitam realizar aditamento no sistema FIES. A CAA atua no atendimento aos alunos da Faculdade Projeção, desenvolvendo atividades que compõem os processos financeiros. Além disso, a Faculdade está cadastrada no Programa Universidade para Todos (PROUNI), no Financiamento para Estudantes de Educação Superior (FIES) e possui convênios de descontos para acadêmicos que trabalham em diversas organizações da região. Tais programas de financiamento estudantil e bolsas de estudos completam a política de amplo apoio ao discente desenvolvida pela Faculdade Projeção de Ceilândia.

A Faculdade Projeção de Ceilândia dispõe de uma ampla sala de professores, bem iluminada e climatizada, com 2 banheiros femininos com 3 sanitários e 1 masculino com 2 sanitários e 3 mictórios, bancada com 05 computadores, devidamente equipados com os softwares necessários, com conjunto de sofás, mesa para reuniões, uma recepção aos professores, armário para cada docente, jornais e revistas à disposição dos professores, murais de informações, telefone, copa com filtro de água, proporcionando, deste modo, comodidade e acessibilidade aos docentes. Os computadores disponibilizados aos docentes na sala dos professores permitem o desenvolvimento de trabalhos, acessos ao blog das turmas, emissão de pautas acadêmicas, lançamentos de notas, faltas, registros e conteúdos e outras providências em relação à atividade acadêmica.

A Faculdade Projeção de Ceilândia possui uma sala-auditório, com 130 cadeiras dispostas em longarinas de 4 lugares cada. O mesmo é utilizado para os atos
Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

de colação de grau de muitas turmas de alunos dos cursos, para semanas acadêmicas, capacitações, treinamentos, apresentações culturais, palestras, e com frequência é disponibilizado para a comunidade, que realiza eventos de interesse geral. O espaço é climatizado e possui equipamento de som, tela e equipamento de projeção.

A FAPRO-Ceilândia conta com 4 (quatro) gabinetes exclusivos para seus professores em tempo integral, com mesas, cadeiras e computadores, todos com dimensões adequadas, estando sempre limpos, com ótima iluminação, excelente acústica e ventilação.

A Faculdade Projeção de Ceilândia oferece aos seus alunos um Centro de Convivência com mesas, cadeiras, lanchonete e reprografia. O espaço possui acesso à internet via rede wireless com a finalidade de oferecer comodidade e um espaço propício à alimentação, descanso, interação com os demais alunos e realização de atividades culturais.

7.1.1 Laboratório de informática

A Faculdade Projeção de Ceilândia disponibiliza 03 laboratórios de informática, sendo o terceiro com 50 máquinas, o segundo com 48 e o primeiro com 42 máquinas, todos possuem equipamento de ar condicionado, quadro branco, acesso à internet e projetor, além de 10 máquinas modernas disponíveis na biblioteca da unidade. Os softwares são atualizados constantemente a fim de propiciar o que há de mais moderno aos estudantes, incluindo software para atender alunos com necessidades especiais. O espaço é amplo e arejado com boa iluminação, ventilação e comodidade. Esses laboratórios possuem todos os recursos computacionais recomendados pela SBC tanto no que respeita a complexidade quanto à capacidade.

O laboratório contábil do Curso de Ciências Contábeis, visa atuar com trabalhos práticos no laboratório de informática, enfatizando os lançamentos e registros dos fatos contábeis, assim como a aplicação da contabilidade tributária, legislação trabalhista e contábil. Elaboração e análise das demonstrações financeiras com utilização de Sistema Contábil, também fazem parte dos objetivos do curso na utilização da tecnologia da informação, que tem também, como intuito, realizar a

elaboração de processos de constituição de empresas, alinhando com trabalhos práticos do dia-a-dia de um contabilista em sistemas de informação contábil.

7.2 Infraestrutura específica do curso

7.2.2 Núcleo de Práticas Jurídicas

A Casa do Cidadão da Faculdade Projeção de Ceilândia está instalada Área Especial 10, Lote C - CEP: 71.070-703, próximo ao terminal rodoviário da cidade. Contando com a seguinte estrutura:

- 01 sala para realização de júri simulado;
- 01 laboratório para realização de audiências simuladas, com o mobiliário semelhante ao utilizado nas salas de audiências forenses;
- Cartório simulado, com 01 computador, para registro, controle e andamento das atividades e processos da prática simulada;
- 01 laboratório de informática para confecção de peças processuais, acompanhamento processual e pesquisas jurisprudenciais da prática real;
- 03 espaços privativas para atendimento aos assistidos na prática real;
- Sala de apoio aos advogados da prática real contando com 02 computadores;
- Secretaria para auxílio administrativo das atividades contando com computadores e impressora;

Encontra-se ainda à disposição de cada advogado-orientador a possibilidade de utilização de recursos como: data shows, sons, notebooks, salas diferenciadas, e sala de multimídia, mediante a solicitação via sistema de reserva através do SSR – sistema de solicitação. A CASA DO CIDADÃO possui elevador de acesso ao andar superior, rampas de auxílio à entrada do prédio e banheiros adaptados às condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Temos ainda, as unidades de Prática Real sendo realizadas nos seguintes endereços:

- Taguatinga Norte – Fórum de Taguatinga – Térreo;
- Guará II - Área Especial 10, Lote C - CEP: 71.070-703;
- Samambaia Sul - Ed. Fórum de Samambaia, térreo, Fórum Desembargador Raimundo Macedo. QR 302 Conj.01 - CEP: 72300-631
- Riacho Fundo I - Ed. Fórum do Riacho Fundo - térreo. CEP: 71820-200;

Cabe ressaltar que o NPJ promove diversas atividades externas em parceria com o Poder Judiciário, como audiências, Júris, arbitragem, mediação e Torneio de Sustentação Oral realizado em nos ambientes reais dos Tribunais do Distrito Federal.

Por fim, há ainda o projeto “Van Cidadã”, por meio do qual o NPJ realiza atendimento itinerante nas comunidades carentes, vencendo a barreira da incapacidade econômica da pessoa que não tem sequer recursos para se deslocar até um centro de assistência jurídica.

7.3 Biblioteca

A biblioteca da Faculdade Projeção de Ceilândia dispõe de infraestrutura adequada às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Seu público-alvo são os professores, estudantes, colaboradores e, ainda, a comunidade local. A biblioteca é o órgão responsável pelo planejamento de aquisição, tratamento, catalogação, controle, atendimento ao público e de conservação do acervo informativo e bibliográfico, bem como por representar a Instituição nas redes de bibliotecas e programas cooperativos de informação.

A biblioteca responde pela integração das atividades técnicas do sistema como a formação, desenvolvimento, processamento das coleções e a manutenção da base de dados do acervo. O acervo é composto de livros impressos e digitais, além de periódicos, folhetos, filmes didáticos e materiais de referência, oferecendo o suporte necessário ao cumprimento dos currículos dos cursos oferecidos. O acervo é ampliado e atualizado constantemente por indicações dos professores, dos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e/ou por solicitações dos gestores e estudantes.

O acervo atual da biblioteca tem como base a demanda apresentada no ementário dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores, amplamente discutido pelos Coordenadores de Curso, professores, membros do Colegiado de Curso e membros do NDE. Periodicamente os ementários de cursos são revisados a fim de identificar novas atualizações de suas bibliografias. A relação de número de exemplares *versus* número de alunos obedece aos critérios de excelência indicados pelo MEC/INEP, considerando a importância do acesso e utilização do acervo por cada aluno da Educação Superior da Faculdade Projeção de Ceilândia.

A biblioteca possui atualmente (2016) acervo atualizado com 3.114 títulos e 9.675 exemplares, 218 títulos de periódicos, 52 acervos de audiovisuais.

O acervo é totalmente informatizado e o sistema utilizado é o Pergamum, desenvolvido pela PUC-PR. Trata-se do maior sistema de automação de bibliotecas desenvolvido no Brasil, além de fazer todo o controle do acervo, o sistema oferece serviços como pesquisa, reserva e renovação pela Internet.

A biblioteca é dirigida por um bibliotecário devidamente registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia - CRB da 1º Região, e tem como funções:

- Fazer a gestão do funcionamento da biblioteca, planejando, coordenando, supervisionando, orientando e respondendo pelas ações da coordenação geral da biblioteca.
- Fazer a gestão do atendimento ao público interno e externo, mantendo o relacionamento harmonioso e de qualidade.
- Estabelecer política de desenvolvimento e manutenção de coleções com a finalidade de manter o equilíbrio e a atualização do acervo de livros e periódicos.
- Fazer a gestão da biblioteca com o objetivo de recepcionar e atender as demandas das avaliações e auditorias externas.
- Fazer a gestão do processamento técnico da catalogação, classificação e indexação de documentos.
- Fazer a gestão dos colaboradores da biblioteca, buscando favorecer o processo de trabalho em equipe e a capacitação e treinamento da equipe.

Todos os serviços realizados pelo bibliotecário são supervisionados pelo Coordenador Geral das bibliotecas, que responde pela gestão do funcionamento da rede de bibliotecas do Grupo Projeção. O coordenador geral das bibliotecas é responsável por estabelecer a política de desenvolvimento e manutenção de coleções com a finalidade de manter o equilíbrio e a atualização do acervo de livros e periódicos.

7.3.1 Instalações físicas

A comunidade acadêmica tem à sua disposição uma biblioteca ampla, climatizada, com acesso a rede *wireless*, acervo atualizado, composto por livros

impressos e digitais, periódicos e multimeios. A biblioteca possui um espaço físico amplo, dividido em espaços diferenciados e adaptados às diversas demandas da comunidade acadêmica, como: salas de estudo em grupo, sala de vídeo, cabines de estudos individuais, salão de estudo, área do acervo, área administrativa e sala de pesquisa equipadas com computadores com acesso à internet e *softwares* para elaboração de trabalhos acadêmicos.

As salas de estudo em grupo possuem mesas, cadeiras e quadro branco. As cabines de estudos individuais ficam em lugares estratégicos, de pouco movimento, proporcionando conforto e comodidade a alunos e professores para prática de estudo e leitura.

O acervo é armazenado em estantes de aço, o que evita a proliferação de agentes que danificam os livros, como cupins, traças e etc. Todos os livros e periódicos passam por uma avaliação periódica com a finalidade de detectar o estado de conservação dos mesmos, assim que um livro danificado é identificado, ele é retirado de circulação e enviado para o setor de reparos. A biblioteca possui um quadro de funcionários qualificado composto por bibliotecário, auxiliares de biblioteca e equipe de manutenção e limpeza.

7.3.2 Bibliografia básica

A bibliografia básica das unidades curriculares foi definida quando da elaboração do projeto pedagógico do curso refletindo a experiência dos profissionais que participaram de sua elaboração. A bibliografia básica de cada unidade curricular é constituída, no mínimo, por três títulos que se encontram disponíveis na proporção média de um exemplar para menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas e estão, portanto, em conformidade com os indicadores de excelência do Instrumento de Avaliação de Cursos do MEC/INEP.

A atualização das bibliografias é feita periodicamente a pedido dos professores e validação do Colegiado de Curso e do NDE, órgão responsável não apenas pelo aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso, mas também pela sua formulação, revisão e implementação. Todas as alterações/atualizações são devidamente registradas em ata e arquivadas na Coordenação de Curso.

A bibliografia indicada nos planos de ensino é oriunda do Projeto Pedagógico do Curso, portanto, nenhuma obra pode ser indicada no plano de ensino se não Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

constar no respectivo PPC. Aos professores, durante as reuniões periódicas, a Coordenação de Curso oportuniza a indicação de novas obras, que somente após a aquisição, catalogação e disponibilização no acervo físico e/ou digital da biblioteca da Instituição; e após a devida inserção no ementário do PPC, poderão ser indicados nos planos de ensino das componentes curriculares.

Toda a Bibliografia Básica, indicada em cada componente curricular, consta no anexo deste Projeto Pedagógico de Curso.

7.3.3 Bibliografia complementar

A bibliografia complementar é constituída, no mínimo, por cinco títulos para cada unidade curricular na proporção mínima de dois exemplares para cada título. Há ainda a utilização de artigos e sítios específicos quando os conteúdos das disciplinas assim o exigirem. A atualização das bibliografias é feita periodicamente a pedido dos professores e validação do Colegiado de Curso e do NDE, órgão responsável não apenas pelo aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso, mas também pela sua formulação, revisão e implementação. Todas as alterações são devidamente registradas em ata e arquivadas na Coordenação de Curso.

Toda a Bibliografia Complementar, indicada em cada componente curricular, consta no anexo deste Projeto Pedagógico de Curso.

7.3.4 Periódicos especializados

Os alunos têm a sua disposição acesso a diversos títulos de periódicos especializados impressos e eletrônicos. Além dos periódicos adquiridos por meio de compra, a Biblioteca, em parceria com as Coordenações de Curso, formou um grupo de estudos que inclui bibliotecários, coordenadores e professores, e fez a compilação de periódicos eletrônicos gratuitos, que na sua maioria são produzidos por instituições federais de ensino e reconhecidos no meio acadêmico por sua excelência, e os disponibilizou por meio dos *links* no sistema Pergamum e nos planos de ensino.

A assinatura dos periódicos especializados, indexados e correntes, no formato impresso ou virtual, são renovadas regularmente no intuito de manter o acervo disponível ao alunado da Instituição. Os períodos disponíveis na biblioteca contemplam diversas áreas do saber e disponibilizam conteúdos atualizados. A

referência dos períodos especializados consta no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, conforme a aderência à cada componente curricular da matriz.

APÊNDICES

APÊNDICE I - EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

1º SEMESTRE

Disciplina: Sociologia	Carga Horária: 80 horas	Período: 1º
<p style="text-align: center;">Ementa</p> <p>Conceitos sociológicos fundamentais. Compreensão da Sociologia como instrumento de conhecimento da inter-relação homem e sociedade e Estado nos contextos sociais. Elementos para análise científica da sociedade – ação social, relação social, processos sociais, instituições, socialização, estrutura social, mudança social e classes sociais. Questões éticas, culturais e econômicas. Relações étnico-raciais. História e cultura Afro-brasileira. Cultura africana.</p>		
<p style="text-align: center;">Habilidades e competências</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender os conceitos fundamentais da sociologia ✓ Compreender a Sociologia como instrumento de estudo das interações Sociais; ✓ Desenvolver a capacidade crítica e autonomia intelectual ✓ Valorizar o direito a cidadania como forma de expressão dos diferentes grupos sociais e étnicos. ✓ Compreender a contribuição da cultura Africana na formação da sociedade Brasileira. ✓ Identificar os vários conceitos fundamentais da sociologia ✓ Apontar e ser capaz de avaliar a necessidade de elaboração de Adaptação Curricular. ✓ Identificar as formas de representação social dos grupos sociais e étnicos. ✓ Identificar as contribuições da cultura africana na formação da Sociedade Brasileira. 		
<p style="text-align: center;">Bibliografia Básica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BAUMAN, Zygmunt & MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar. 2. HAMMS, Ana Paula Ruup. Sociologia. Brasília: Projeção, 2014. 3. VILA NOVA, Sebastião. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 2008. 		
<p style="text-align: center;">Bibliografia Complementar</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo. Moderna, 2006. 2. FERREIRA, Delson. Manual de sociologia. São Paulo: Atlas, 2012. 3. GRIN, Monica. Raça: debate público no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. 4. LAKATOS, E.; MARCONI, M. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2014. 5. OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. Introdução à sociologia. São Paulo: Ática, 2004. 		
<p style="text-align: center;">Periódicos Especializados</p>		

Disciplina: Economia (EAD)

Carga Horária:

Período: 1º

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

80 horas
Ementa
Princípios básicos de economia vigente na realidade social e política da sociedade. Aspectos econômicos do cotidiano do cidadão comum. Instrumentos analíticos e técnicas de análises econômicas. Interpretação de dados econômicos sociais.
Habilidades e competências
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver no aluno a habilidade de identificar e compreender as razões econômicas que estão por trás dos fatos sociais que incidem sobre a vida diária; para introduzi-las de forma lógica permitindo a elaboração de análise econômica, através da formação básica, permitindo a compreensão do todo, de modo integrado e sistêmico.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. São Paulo, SP: Atlas, 2012. 2. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia: texto básico nas melhores universidades. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 3. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2011
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. GONÇALVES, Reinaldo. Economia Aplicada. São Paulo: FGV, 2012. 2. GUIMARÃES, Bernardo; GONÇALVES, Carlos Eduardo. Economia sem truques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 3. SOUZA, Nali de Jesus de. Economia básica. São Paulo: Atlas, 2009. 4. VASCONCELOS, M. A. S. Economia, micro e macro. São Paulo: Atlas, 2011. 5. WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald. Economia. São Paulo: Makron Books, 2004.
Periódicos Especializados

Disciplina: Psicologia	Carga Horária: 40 horas	Período: 1º
Ementa		
Psicologia e História: Origem, principais escolas, tendências teóricas e áreas de atuação. Desenvolvimento da personalidade humana. A multideterminação do homem: Fatores biopsicológicos da criminalidade. Contribuições da Psicologia no campo do Direito. Psicologia e sociedade. Grupos e instituições como instâncias mediadoras das relações indivíduo-sociedade.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer técnicas e conteúdos fornecidos pela psicologia. ✓ Desenvolver aptidões interdisciplinares a serem aplicadas à realidade individual e social do profissional jurídico e do serviço social. ✓ Avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva em diferentes contextos. ✓ Analisar as tendências comportamentais de grupos e instituições e as instâncias mediadoras entre as relações interpessoais. ✓ Atuar de modo interdisciplinar, nos cenários organizacionais e institucionais, considerando a pertinência dos processos e fenômenos jurídicos, sociais e psicológicos envolvidos. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relacionar os conceitos criminológicos presentes nos estudos da psicologia com a atuação profissional jurídica e social. ✓ Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni; Fiorelli, Jose Osmir. <i>Psicologia Jurídica</i>. São Paulo: Atlas. 2. BOCK, Ana Mercês Bahia; Teixeira, Maria de Lourdes Trassi; Furtado, Odair. <i>Psicologias - Uma Introdução ao Estudo de Psicologia</i>. São Paulo: Saraiva. 3. ZIMERMAN, David. & COLTRO, Antonio Carlos Martins (org). <i>Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica</i>. Campinas (SP): Millenium, 2002.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARROS, Edgard Luis (org.); RIGONATTI, Sérgio Paulo (coord.); SERAFIM, Antonio de Pádua (org.). <i>Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica</i>. São Paulo: Vetor. 2. ARENDT, R. J. J. <i>Psicologia Social, Comunidade e Contemporaneidade</i>. <i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>, 1998. 3. GONÇALVES, Hebe Signorini. <i>Psicologia Jurídica no Brasil</i>. Nau Editora. 4. BRITO, Liala Maria Torraca de (org.). <i>Temas de psicologia jurídica</i>. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 5. SÁ, Alvino Augusto de. <i>Criminologia Clínica e Psicologia Criminal</i>. São Paulo: RT.
Periódicos Especializados
<p>PENSAR: Revista de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Centro de Ciências Jurídicas / Unifor, 1992-. Disponível em: <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=362&Itemid=762>. Acesso em: 12 ago. 2014.</p>

Disciplina: Leitura e Produção de Texto	Carga Horária: 80 horas	Período: 1º
Ementa		
<p>Leitura, texto e sentido. Escrita e coerência textual. Escrita e práticas comunicativas (gêneros discursivos/textuais). Contexto e contextualização. Intertextualidade. Referenciação e progressão referencial. Sequenciação textual. Retextualização. Gêneros acadêmicos (orais e escritos). Produção de texto como técnica de estudo (fichamento, resumo, resenha). Letramentos. Aspectos normativos (ABNT). Paráfrases, citações diretas/indiretas e literais/não literais. Projetos e seus elementos fundamentais (contexto, problema, objetivos, justificativa, método, referencial e referências).</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Praticar as técnicas que orientam os processos de leitura e produção de textos na língua portuguesa. ✓ Identificar os principais gêneros discursivos e textuais na língua portuguesa em diferentes modalidades. ✓ Interpretar ou reaplicar as ideias de um texto ao contexto. ✓ Reconhecer a gramática como instrumento de organização do pensamento, da fala e da escrita. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Utilizar normas para padronizar os diversos gêneros textuais. ✓ Ler e produzir diferentes gêneros textuais em diversos contextos sócio-histórico-culturais e em diversas modalidades na Língua Portuguesa.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARTHES, R. <i>O prazer do texto</i>. Tradução Jacob Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2004. 2. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e Escrever: estratégias de produção textual</i>. São Paulo: Contexto, 2009. 3. SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i>. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 4. Material didático pedagógico do EAD da Faculdade Projeção.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BAGNO, M. <i>Gramática, pra que te quero? Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português</i>. Curitiba: Aymará, 2012. 2. GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. São Paulo: Atlas, 2010. 3. GNERRE, Maurizio. <i>Linguagem, escrita e poder</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 4. MOTTA-ROTH, D. e HENDGES, G. R. <i>Produção textual na universidade</i>. São Paulo: Parábola, 2010. 5. KOCH, I. e ELIAS, V. <i>Escrever e Argumentar</i>. São Paulo: Contexto, 2016.
Periódicos Especializados

Disciplina: Antropologia	Carga Horária: 40 horas	Período:
Ementa		
<p>A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. Teorias Antropológicas. A evolução humana como processo bio-cultural: o inato e o adquirido. Cultura, diversidade e o processo cultural do homem. As raízes do Brasil: Um olhar antropológico em culturas específicas, notadamente as afro-brasileiras.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Explorar a história e os fundamentos do pensamento antropológico. ✓ Entender o arcabouço histórico-social que contextualiza a realidade contemporânea, de modo a obter uma eficaz visão dos problemas sociais e de alternativas para sua solução. ✓ Problematizar a partir do senso crítico e científico a diversidade da cultura como fenômeno humano. ✓ Compreender o mundo, com valores pautados em princípios ético-morais, relacionados com a inclusão social e o respeito às diversidades culturais e de gênero. ✓ Relacionar os estudos antropológicos com as áreas de atuação jurídica, social e assistencial. ✓ Identificar os processos de formação identitária sociocultural no Brasil. ✓ Utilizar o potencial de diálogo das ciências humanas com a Antropologia e outros campos do saber exercitando a inter e a multidisciplinaridade. ✓ Demonstrar com argumentos científicos a relação existente entre o racismo, a hierarquia social e a desigualdade no Brasil. 		

Bibliografia Básica

1. MARCONI, Marina de Andrade. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas.
2. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
3. BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Tradução Celso Castro - ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Bibliografia Complementar

1. KÜMPEL, Vitor Frederico. Manual de antropologia jurídica de acordo com o provimento N. 136/2009. São Paulo: Saraiva.
2. VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
3. MATTA, Roberto da. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes.
4. FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global Editora. 2006.
5. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São.

Periódicos Especializados

PENSAR: Revista de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. Fortaleza: Centro de Ciências Jurídicas / Unifor, 1992-. Disponível em: <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=362&Itemid=762>. Acesso em: 12 ago. 2014.

Disciplina: Introdução ao Estudo de Direito	Carga Horária: 80 horas	Período: 1º
Ementa		
<p>Conceito e fontes do Direito. Relação entre Direito, sociedade, moral e Estado. Princípios gerais do Direito. Naturalismo e positivismo. Normativismo jurídico e tridimensionalidade do Direito. Norma jurídica. Vigência e aplicação da Lei Civil (LINDB). Divisões do direito. Dogmática hermenêutica. O Direito como fator de transformação social.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito, ✓ Compreender a principiologia do Direito mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Público e Privado. ✓ Compreender as relações jurídicas e sua interdisciplinaridade com os demais ramos do conhecimento. ✓ Entender as relações sociais e humanísticas a partir do estudo dos institutos jurídicos; ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito. ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito. ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico. ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação. ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. 2. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. São Paulo: Saraiva, 		

2002.
3. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense.
Bibliografia Complementar
1. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. São Paulo: Saraiva.
2. BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Direito: lições de Propedêutica Jurídica Tridimensional. São Paulo: Saraiva.
3. MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.
4. DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito - 5ª Ed. - 2013. Editora: Revista dos Tribunais – RT.
5. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas.
6. FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global Editora. 2006.
Periódicos Especializados
DIREITO E JUSTIÇA: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index >. Acesso em: 12 ago. 2014.
REVISTA DIREITO GV. São Paulo: FGV,2005-. Semestral. Disponível em: < http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv >. Acesso em: 12 ago. 2014.

2º SEMESTRE

Disciplina: Ciência Política	Carga Horária: 80 horas	Período: 2º
Ementa		
A Ciência Política no contexto das Ciências Sociais. Desenvolvimento histórico da ciência política e do Estado. A contribuição do pensamento moderno e contemporâneo para o conceito de Ciência Política e de Estado. Temas fundamentais: poder e dominação; representação, participação e democracia; liberdade, igualdade e justiça; Estado e relações internacionais – a paz, a guerra e o terrorismo. Partidos políticos, sistemas eleitorais e formas de governo.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a dogmática constitucional a partir dos aspectos históricos, sociais e econômicos, bem como da Teoria Geral do Estado. ✓ Desenvolver uma visão sistêmica acerca da Ciência Política. ✓ Verificar os fatos históricos relevantes no processo de desenvolvimento do Estado. ✓ Conhecer as teorias políticas. ✓ Desenvolver a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica acerca dos atuais temas da Ciência Política. ✓ Compreender a importância da disciplina para a formação sociopolítica. ✓ Aplicar os conceitos ao caso concreto. ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico. ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação. 		

✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade sociopolítica que o cerca.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOBBIO, Norberto. O futuro da Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 2. BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3. FILOMENO, José Geraldo Brito. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 4. MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2007. 5. WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política. 10. Ed. São Paulo: Ática, 2000 (volumes 1 e 2).
Periódicos Especializados

Disciplina: Meio Ambiente e Sustentabilidade (EAD)	Carga Horária: 80 horas	Período: 2º
Ementa		
<p>O quadro socioambiental na era da globalização. Dimensões do ecodesenvolvimento. A inserção do indivíduo no ambiente e seus impactos. Economicismo vs. Ambientalismo. O papel individual e coletivo na construção de uma sociedade sustentável. Marcos histórico, políticos e institucionais - locais, estaduais, nacionais e internacionais - que regulam e inspiram práticas relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade.</p>		
Habilidades e competências		
<p>✓ Procurar-se-á desenvolver no aluno a habilidade de identificar e compreender os fatos e razões que provocam o desequilíbrio ambiental como consequência de dos fatos políticos e sociais que incidem sobre as economias nacionais individual e regionalmente; introduzi-las de forma lógica permitindo a elaboração de análise crítica e postura participativa, através da formação básica, permitindo a compreensão do todo, de modo integrado e sistêmico.</p>		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALMEIDA, Fernando. Os Desafios da Sustentabilidade: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro. Campus Elsevier. 2007. 5ª. Ed. 2. CHAUVEL, Marie Agnes e COHEN, Marcos. Ética, Sustentabilidade, e Sociedade: Desafios Da Nossa Era. Rio Janeiro. Mauad. 2009. 3. MACHADO FILHO, C.A. P. Responsabilidade Social e Governança: O Debate e as implicações. Ed. Thomson, 2006. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBUQUERQUE, José de Lima. Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. 2. BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2011. 3. LAVILLE, Elisabeth. A empresa verde. São Paulo: Ôte, 2009. 4. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental empresarial: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2011. 		

5. SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro. Garamond. 2002.

Periódicos Especializados

Disciplina: Direito Constitucional – Direitos Fundamentais e Sociais

**Carga Horária:
80 horas**

Período: 2º

Ementa

Teoria da Constituição. Poder constituinte. Perspectiva sociohistórica do Direito Constitucional. Neoconstitucionalismo. Direitos fundamentais. Direitos sociais. Dimensões dos direitos fundamentais.

Habilidades e competências

- ✓ Compreender a dogmática constitucional a partir dos aspectos históricos, sociais e econômicos, bem como da Teoria Geral do Estado.
- ✓ Desenvolver uma visão sistêmica do Direito Constitucional Brasileiro.
- ✓ Entender os elementos orgânicos da Constituição Federal.
- ✓ Conhecer os direitos e as garantias fundamentais.
- ✓ Desenvolver o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica acerca dos atuais temas do Direito Constitucional.
- ✓ Compreender a dimensão da disciplina para a Ciência Jurídica e entender sua importância no contexto do Direito Público.
- ✓ Utilizar os regramentos Constitucionais como o principal instrumento jurídico e político do sistema brasileiro.
- ✓ Aplicar as dinâmicas constitucionais aos casos concretos.
- ✓ Ler, avaliar, interpretar e compreender situações concretas a partir dos parâmetros constitucionais.
- ✓ Inter-relacionar a disciplina constitucional com os demais ramos do Direito.
- ✓ Pesquisar e contrapor argumentos da legislação e da doutrina com a jurisprudência constitucional contemporânea.

Bibliografia Básica

1. SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito constitucional. 5. São Paulo: Saraiva, 2016
2. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19. São Paulo: Saraiva, 2015
3. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

Bibliografia Complementar

1. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 14. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547202873.
2. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 11. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547203665.
3. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. São Paulo: Método, 2014.
4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.
5. MORAES. Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.

Periódicos Especializados

REVISTA NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS. Itajaí, SC: Univali, 1995-. Quadrimestral. Disponível em: < <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/index>>. **REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA.** Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

DIREITO E JUSTIÇA : revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória/FDV, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA DIREITO GV. São Paulo: FGV, 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014

Disciplina: Direito Civil – Parte Geral	Carga Horária: 80 horas	Período: 2º
Ementa Evolução Histórica e Social do Direito Civil. Direito Civil Constitucional e seus reflexos na sociedade contemporânea. Pessoa Natural. Personalidade. Capacidade. Pessoa Jurídica. A teoria da desconsideração da pessoa jurídica. Domicílio. Bens. Atos, fatos e negócios jurídicos. Nulidades e Anulabilidades no Negócio Jurídico. Atos ilícitos. Prescrição e decadência.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil. ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado. ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito. ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil. ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil. ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil. ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico. ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação. ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público. ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: parte geral e LINDB, v.1. 13. São Paulo: Atlas, 2015. 2. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de Direito Civil: parte geral. São Paulo: Saraiva. (era complementar) 		

Este Projeto Pedagógico de Curso é um extrato. A versão completa está disponível na Coordenação de Curso.

3. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v.1: Lei de introdução e parte geral. 11. Rio de Janeiro: Método, 2014.

Bibliografia Complementar

1. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: parte geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.
2. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: parte geral. São Paulo: Saraiva.
3. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. Teoria Geral do Direito. Vol. 1. São Paulo. Saraiva.
4. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.
5. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil – Parte Geral. Vol. 1. São Paulo. Atlas.

Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

DIREITO E JUSTIÇA : revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MERITUM : revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

Disciplina: Direito Penal – Teoria do Crime	Carga Horária: 80 horas	Período: 2º
--	-----------------------------------	--------------------

Ementa

Conceito, princípios e evolução histórica do Direito Penal. Funções do Direito Penal, sobretudo as funções de manter um padrão mínimo de ética-social, de proteção aos bens jurídicos e de controle social. Norma penal e sua aplicação no tempo e no espaço. Crime, seus conceitos e classificações. Tipicidade e sua relação com os princípios da insignificância e adequação social. Tentativa e crime impossível. Antijuridicidade e suas excludentes. Culpabilidade e inimizabilidade. Concurso de pessoas.

Habilidades e competências

- ✓ Entender o Direito Penal na perspectiva crítica das Ciências Criminais.
- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Penal.
- ✓ Compreender os aspectos históricos e os princípios de Direito Penal.
- ✓ Entender o Direito Penal à luz da Constituição Federal e sua interdisciplinaridade com os demais ramos.
- ✓ Compreender o processo de criação de leis penais em cotejo com os princípios norteadores do Direito Penal.
- ✓ Compreender os âmbitos temporal e espacial de aplicação da lei penal brasileira.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Penal.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa acerca dos reflexos do Direito Penal na sociedade contemporânea.
- ✓ Identificar, no complexo de normas penais, a lei aplicável ao caso concreto.

✓ Estabelecer, a partir da análise de situações reais, conexões entre as condutas praticadas e os modelos abstratos de comportamentos proibidos pelo Direito Penal.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. Vol. 1. 22. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120 do CP). Vol. 1. 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016. 3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal, vol. 1. ed. 20. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte geral. Vol. 1. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 3. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte geral (arts. 1º a 120). Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Forense, 2016. 4. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal - arts. 1 a 120 do CP: parte geral. Vol. 1. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral. Vol. 1. 11 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
Periódicos Especializados
<p>REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>. Acesso em: 17 ago. 2014.</p> <p>REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <http://www.lex.com.br/>. Acesso em: 17 ago. 2014</p>

3º SEMESTRE

Disciplina: Direito Processual Penal: Investigação e Processo Criminal	Carga Horária: 80 horas	Período: 3º
Ementa		
Fundamentos históricos, princípios, garantias e regras constitucionais do Direito Processual Penal. Persecução Penal: Inquérito policial e ação penal e suas implicações sociais. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentes. Das provas. Sujeitos processuais. Medidas cautelares no processo penal: reais e pessoais. Prisões processuais e os instrumentos de restabelecimento da liberdade no curso da persecução penal.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreensão global do Direito, correlacionando seus diferentes ramos e as diferentes ciências que influenciam seu processo de formação e aplicação. ✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira. ✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social. ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil. ✓ Realizar pesquisa de textos doutrinários, jurisprudências e textos legislativos, com domínio sobre tecnologias e métodos de pesquisa contemporâneos. ✓ Analisar e interpretar de forma crítica as normas e fenômenos jurídicos e sua aplicação, valendo-se de elementos argumentativos e persuasivos. ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial. ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo. ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual. ✓ Atuar de forma profissional, em diferentes instâncias e órgãos, judiciais ou administrativos, com domínio sobre procedimentos e técnicas. ✓ Pesquisar, ler, compreender e elaborar textos científicos, documentos ou peças processuais com domínio da linguagem técnica. ✓ Cumprir o papel de prevenir, mediar e dirimir conflitos, tendo sempre viva a consciência de que o menor litígio tem o potencial de abalar a harmonia da vida em coletividade.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. DE LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal. Volume Único. ed. 4. Editora Juspodium. 2016. 2. LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. ed. 13. São Paulo: Saraiva, 2015. 3. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. ed. 20. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal. ed. 11. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. NICOLITT, André Luiz. Manual de Processo Penal. ed. 5. RT: São Paulo, 2016. 3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. ed. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 4. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de direito processual penal. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: JusPodivm, 2016. 5. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.
Periódicos Especializados
<p>REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index->. Acesso em: 18 ago. 2014.</p> <p>REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <http://www.lex.com.br/>. Acesso em: 18 ago. 2014.</p>

Disciplina: Direito Civil – Obrigações	Carga Horária: 80 horas	Período: 3º
Ementa		

Teoria das obrigações. Direitos pessoais e Direitos reais. Direitos obrigacionais e as relações sociais. Fontes. Elementos. Classificação. Transmissão. Adimplemento. Extinção. Inadimplemento. Cláusula penal e arras. Fundamentos da responsabilidade civil. Responsabilidade Civil objetiva e subjetiva.

Habilidades e competências

- ✓ **Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil.**
- ✓ **Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado.**
- ✓ **Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito.**
- ✓ **Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil.**
- ✓ **Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil.**
- ✓ **Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil.**
- ✓ **Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico.**
- ✓ **Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação.**
- ✓ **Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público.**
- ✓ **Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.**

Bibliografia Básica

1. **GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: teoria geral das obrigações. Vol. 2. São Paulo: Saraiva.**
2. **FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: contratos, v.04. 5. São Paulo: Atlas, 2015.**
3. **VENOSA, Silvio de Salvo. Teoria Geral das obrigações e dos Contratos. São Paulo: Atlas. Vol. II.**

Bibliografia Complementar

1. **DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva.**
2. **GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de direito civil: obrigações. São Paulo: Saraiva.**
3. **MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Curso de direito civil: direito das obrigações, 2ª parte. São Paulo: Saraiva.**
4. **NADER, Paulo. Curso de direito civil: obrigações. Rio de Janeiro: Forense. TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil, volume único. 6. São Paulo: Método, 2016.**

Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

MERITUM : revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE,2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

Disciplina: Direito Penal – Teoria da Pena

**Carga Horária:
80 horas**

Período: 3º

Ementa

Teoria geral das penas. Finalidade e fundamento das penas e suas transformações históricas e humanísticas no contexto social. Dignidade humana e demais princípios norteadores das sanções penais. Espécies de penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Cominação e aplicação da pena. Suspensão condicional da pena e livramento condicional. Dos efeitos da condenação. Da reabilitação. Medida de segurança. Causas extintivas de punibilidade.

Habilidades e competências

- ✓ Entender o Direito Penal na perspectiva crítica das Ciências Criminais.
- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Penal.
- ✓ Compreender os aspectos históricos e os princípios de Direito Penal.
- ✓ Entender o Direito Penal à luz da Constituição Federal e sua interdisciplinaridade com os demais ramos.
- ✓ Compreender o processo de criação de leis penais em cotejo com os princípios norteadores do Direito Penal.
- ✓ Compreender os âmbitos temporal e espacial de aplicação da lei penal brasileira.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Penal.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa acerca dos reflexos do Direito Penal na sociedade contemporânea.
- ✓ Identificar, no complexo de normas penais, a lei aplicável ao caso concreto.
- ✓ Estabelecer, a partir da análise de situações reais, conexões entre as condutas praticadas e os modelos abstratos de comportamentos proibidos pelo Direito Penal.

Bibliografia Básica

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. Vol. 1. 22. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120 do CP). Vol. 1. 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. (Disponível na versão e-book).

Bibliografia Complementar

1. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal, vol. 1. ed. 20. São Paulo: Saraiva, 2016. (Disponível na versão e-book).
2. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte geral. Vol. 1. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte geral (arts. 1º a 120). Vol. 1. 10. ed. São Paulo: Forense, 2016. (Disponível na versão e-book).
4. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal - arts. 1 a 120 do CP: parte geral. Vol. 1. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral. Vol. 1. 11 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Periódicos Especializados

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-.

Semestral. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>>.

Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral.

Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Disciplina: Direito Constitucional – Organização do Estado	Carga Horária: 80 horas	Período: 3º
Ementa		
Organização do Estado. Separação dos poderes. Funções essenciais da justiça. A defesa do Estado e as instituições democráticas.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a dogmática constitucional a partir dos aspectos históricos, sociais e econômicos, bem como da Teoria Geral do Estado. ✓ Desenvolver uma visão sistêmica do Direito Constitucional Brasileiro. ✓ Entender os elementos orgânicos da Constituição Federal. ✓ Conhecer os Poderes estatais e sua importância para a defesa do Estado Democrático. ✓ Desenvolver o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica acerca dos atuais temas do Direito Constitucional. ✓ Compreender a dimensão da disciplina para a Ciência Jurídica e entender sua importância no contexto do Direito Público. ✓ Utilizar os regramentos Constitucionais como o principal instrumento jurídico e político do sistema brasileiro. ✓ Aplicar as dinâmicas constitucionais aos casos concretos. ✓ Ler, compreender, elaborar, avaliar e interpretar situações práticas com a devida utilização dos parâmetros constitucionais. ✓ Estabelecer a inter-relação entre o estudo da disciplina constitucional com os demais ramos do Direito Público e do Direito Privado. ✓ Pesquisar e contrapor argumentos da legislação e da doutrina com a jurisprudência constitucional contemporânea. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito constitucional. 5. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547204594. 2. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19. São Paulo: Saraiva, 2015. recurso online (Esquematizado). ISBN 9788502627536. 3. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. 936 p. ISBN 978-85-392-0318-5. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 14. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547202873. 2. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 11. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547203665. 3. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. São Paulo: Método, 2014. 4. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013. 5. MORAES. Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2013. 		
Periódicos Especializados		
DIREITO E JUSTIÇA : revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral.		

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória/FDV, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REVISTA DIREITO GV. São Paulo: FGV, 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>>. Acesso em: 17 ago. 2014

REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

Disciplina: Direito Processual Civil – Parte Geral	Carga Horária: 80 horas	Período: 3º
Ementa		
Evolução histórica do direito processual e o seu contexto social. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Norma processual: fontes, eficácia, interpretação das normas fundamentais e a aplicação das normas processuais. Função jurisdicional. Sujeitos do processo. Dos atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. A judicialização política e as relações sociais. Ativismo judicial.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira. ✓ Compreender a relação entre a morfologia dos procedimentos e o atendimento aos princípios norteadores da disciplina processual. ✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário. ✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social. ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil. ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial. ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo. ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual. ✓ Elaborar crítica e propor medidas que contribuam para o correto desenrolar do processo. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Bueno, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016. 2. Didier, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – V.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016). 3. Humberto Theodoro - Curso de Direito Processual Civil – V.1. 		
Bibliografia Complementar		

1. MONTENEGRO Filho, Misael. Curso Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.
2. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único. Ed. Juspodivm. 2016.
3. OLIVEIRA. Paulo Mendes de; MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa Julgada e Precedente - Limites Temporais e As Relações Jurídicas de Trato Continuado. Ed. Revista dos Tribunais. 2016.
4. CUNHA. Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Ed. Juspodivm. 2016.
5. DONIZETTI. Elpídio. Curso Didático Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.

Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

4º SEMESTRE

Disciplina: Direito Civil- Contratos em espécies	Carga Horária: 80 horas	Período: 4º
Ementa		
Princípios do Direito Contratual. Teoria geral dos contratos. Função social dos contratos. Formação e extinção dos contratos. Cláusulas obrigatórias. Distrato. Evicção. Vícios redibitórios. Classificação dos contratos. Contratos em espécie. Contratos mercantis.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil. ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado. ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito. ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil. ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil. ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil. ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico. ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação. ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público. ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de direito civil: Contratos – Tomos 1 e 2. São Paulo: Saraiva. (Era da Complementar) 2. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: contratos, v.04. 5. São Paulo: Atlas, 2015 3. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v.3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 10. Rio de Janeiro: Método, 2015 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 14. São Paulo: Saraiva, 2016 		

2. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 11. São Paulo: Saraiva, 2016
3. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. São Paulo: Método, 2014.
4. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.
5. BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 5. São Paulo: Saraiva, 2014

Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

DIREITO E JUSTIÇA : revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

MERITUM : revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial I

Carga Horária:

80 horas

Período: 4º

Ementa

Introdução à parte especial e o estudo dos impactos socioculturais dos tipos penais. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial.

Habilidades e competências

- ✓ Entender o Direito Penal na perspectiva crítica das Ciências Criminais.
- ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Penal.
- ✓ Compreender os aspectos históricos e os princípios de Direito Penal.
- ✓ Entender o Direito Penal à luz da Constituição Federal e sua interdisciplinaridade com os demais ramos.
- ✓ Compreender o processo de criação de leis penais em cotejo com os princípios norteadores do Direito Penal.
- ✓ Compreender os âmbitos temporal e espacial de aplicação da lei penal brasileira.
- ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Penal.
- ✓ Apresentar capacidade argumentativa acerca dos reflexos do Direito Penal na sociedade contemporânea.
- ✓ Identificar, no complexo de normas penais, a lei aplicável ao caso concreto.
- ✓ Estabelecer, a partir da análise de situações reais, conexões entre as condutas praticadas e os modelos abstratos de comportamentos proibidos pelo Direito Penal.

Bibliografia Básica

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa. Vol. 2. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial (arts. 121 a 212 do CP). Vol. 2. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. (Disponível na versão e-book).
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte especial: dos crimes contra o patrimônio até dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Vol. 3. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial, arts. 121 a 212. vol. 2. ed. 16. São Paulo: Saraiva, 2016. (Disponível na versão e-book). 3. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte especial - crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio. Vol. 2. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 4. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte especial (arts. 121 a 212 do CP). vol. 2. ed. 8. Rio de Janeiro: Método, 2016. 5. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal - arts. 121 a 234-B do CP: parte especial. Vol. 2. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
Periódicos Especializados
<p>REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>. Acesso em: 18 ago. 2014.</p> <p>REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <http://www.lex.com.br/>. Acesso em: 18 ago. 2014.</p>

Disciplina: Direito Constitucional - Processos Constitucionais	Carga Horária: 80 horas	Período: 4º
Ementa		
Repartição de Competência. Processo Legislativo. Controle de constitucionalidade. Ações constitucionais.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a dogmática constitucional a partir dos aspectos históricos, sociais e econômicos, bem como da Teoria Geral do Estado. ✓ Desenvolver uma visão sistêmica do Direito Constitucional Brasileiro. ✓ Entender os elementos orgânicos da Constituição Federal. ✓ Conhecer os remédios constitucionais, o controle de constitucionalidade e o processo legislativo constitucional. ✓ Desenvolver o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica acerca dos atuais temas do Direito Constitucional. ✓ Compreender a dimensão da disciplina para a Ciência Jurídica e entender sua importância no contexto do Direito Público. ✓ Utilizar os regramentos Constitucionais como o principal instrumento jurídico e político do sistema brasileiro. ✓ Aplicar as dinâmicas constitucionais aos casos concretos. ✓ Ler, compreender, elaborar, avaliar e interpretar situações práticas com a devida utilização dos parâmetros constitucionais. ✓ Estabelecer a inter-relação entre o estudo da disciplina constitucional com os demais ramos do Direito Público e do Direito Privado. ✓ Pesquisar e contrapor argumentos da legislação e da doutrina com a jurisprudência constitucional contemporânea. 		
Bibliografia Básica		

<ol style="list-style-type: none"> 1. SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito constitucional. 5. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19. São Paulo: Saraiva, 2015. 3. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 14. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 11. São Paulo: Saraiva, 2016. 3. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. São Paulo: Método, 2014. 4. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2013. 5. BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 5. São Paulo: Saraiva, 2014.
Periódicos Especializados
<p>DIREITO E JUSTIÇA : revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>. Acesso em: 17 ago. 2014.</p> <p>REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória/FDV, 2006-. Semestral. Disponível em: <http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/index>. Acesso em: 17 ago. 2014.</p> <p>REVISTA DIREITO GV. São Paulo: FGV, 2005-. Semestral. Disponível em: <http://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>. Acesso em: 17 ago. 2014.</p> <p>REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>. Acesso em: 17 ago. 2014.</p>

Disciplina: Direito Processual Penal:	Carga Horária:	Período: 4º
Procedimentos e Recursos Criminais	80 horas	
Ementa		
Atos de comunicação processual. Sentença. Procedimentos processuais penais. Nulidades processuais e suas implicações sociais no âmbito dos direitos fundamentais. Recursos e sua relação com os mandamentos constitucionais. Revisão criminal.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a relação entre a morfologia dos procedimentos e o atendimento aos princípios norteadores da disciplina processual penal. ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao delinear os principais institutos do processo penal brasileiro. ✓ Conhecer a função instrumental e garantista do processo criminal e os elementos interdisciplinares constantes no rito processual. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborar crítica e propor medidas tendentes ao aperfeiçoamento do arcabouço jurídico processual. ✓ Traçar, a partir da análise de problemas concretos, a linha de atuação a ser percorrida, embasada na sequência de atos processuais pré-determinados pela legislação. ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. DE LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal. Volume Único. ed. 4. Editora Juspodium. 2016. 2. LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. ed. 13. São Paulo: Saraiva, 2015. 3. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. ed. 20. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de processo penal. ed. 11. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. NICOLITT, André Luiz. Manual de Processo Penal. ed. 5. RT: São Paulo, 2016. 3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. ed. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 4. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de direito processual penal. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: JusPodivm, 2016. 5. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.
Periódicos Especializados
<p>REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>. Acesso em: 18 ago. 2014.</p> <p>REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <http://www.lex.com.br/>. Acesso em: 18 ago. 2014.</p>

Disciplina: Direito Processual Civil – Conhecimento- execução	Carga Horária: 80 horas	Período: 4º
Ementa		
<p>Processo e procedimento. Procedimento comum: do ato postulatório, da improcedência liminar do pedido, da audiência de conciliação ou de mediação, a negociação no novo CPC, da contestação, da reconvenção, da revelia, das alegações do réu, das providências preliminares e do saneamento, do julgamento conforme o estado do processo, da audiência de instrução e julgamento, das provas, da sentença e da coisa julgada. Tutela provisória.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender e correlacionar os diferentes ramos do direito e as diferentes ciências que influenciam seu processo de formação e aplicação. ✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário. ✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social. ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil. ✓ Realizar pesquisa de textos doutrinários, jurisprudências e textos legislativos, com domínio sobre tecnologias e métodos de pesquisa contemporâneos. ✓ Analisar e interpretar de forma crítica as normas e fenômenos jurídicos e sua aplicação, valendo-se de elementos argumentativos e persuasivos. ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial. ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo. ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual. ✓ Atuar de forma profissional, em diferentes instâncias e órgãos, judiciais ou administrativos, com domínio sobre procedimentos e técnicas. ✓ Pesquisar, ler, compreender e elaborar textos científicos, documentos ou peças processuais com domínio da linguagem técnica. ✓ Cumprir o papel de prevenir, mediar e dirimir conflitos, tendo sempre viva a consciência de que o menor litígio tem o potencial de abalar a harmonia da vida em coletividade.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. Bueno, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016. 2. Didier, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – V.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016). 3. Humberto Theodoro - Curso de Direito Processual Civil – V.1.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. MONTENEGRO Filho, Misael. Curso Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016. 2. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único. Ed. Juspodivm. 2016. 3. OLIVEIRA. Paulo Mendes de; MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa Julgada e Precedente - Limites Temporais e As Relações Jurídicas de Trato Continuado. Ed. Revista dos Tribunais. 2016. 4. CUNHA. Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Ed. Juspodivm. 2016. 5. DONIZETTI. Elpídio. Curso Didático Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.
Periódicos Especializados
<p>REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < http://www.lex.com.br/>. Acesso em: 18 ago. 2014.</p>

5º SEMESTRE

Disciplina: Direito Processual Civil- Recursos	Carga Horária: 80 horas	Período: 5º
Ementa		

A função revisora e reformadora como instrumento de pacificação social. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Teoria geral dos precedentes judiciais. Processos de competência Originária dos tribunais. Procedimentos especiais de jurisdição Contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

Habilidades e competências

- ✓ **Compreender e correlacionar os diferentes ramos do direito e as diferentes ciências que influenciam seu processo de formação e aplicação.**
- ✓ **Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira.**
- ✓ **Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário.**
- ✓ **Compreender o processo como um instrumento de pacificação social.**
- ✓ **Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil.**
- ✓ **Realizar pesquisa de textos doutrinários, jurisprudências e textos legislativos, com domínio sobre tecnologias e métodos de pesquisa contemporâneos.**
- ✓ **Analisar e interpretar de forma crítica as normas e fenômenos jurídicos e sua aplicação, valendo-se de elementos argumentativos e persuasivos.**
- ✓ **Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial;**
- ✓ **Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo.**
- ✓ **Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual.**
- ✓ **Atuar de forma profissional, em diferentes instâncias e órgãos, judiciais ou administrativos, com domínio sobre procedimentos e técnicas.**
- ✓ **Pesquisar, ler, compreender e elaborar textos científicos, documentos ou peças processuais com domínio da linguagem técnica.**
- ✓ **Cumprir o papel de prevenir, mediar e dirimir conflitos, tendo sempre viva a consciência de que o menor litígio tem o potencial de abalar a harmonia da vida em coletividade.**

Bibliografia Básica

1. **Bueno, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016.**
2. **Didier, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – V.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016).**
3. **Humberto Theodoro - Curso de Direito Processual Civil – V.1.**

Bibliografia Complementar

1. **MONTENEGRO Filho, Misael. Curso Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.**
2. **NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único. Ed. Juspodivm. 2016.**
3. **OLIVEIRA, Paulo Mendes de; MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa Julgada e Precedente - Limites Temporais e As Relações Jurídicas de Trato Continuado. Ed. Revista dos Tribunais. 2016.**
4. **CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Ed. Juspodivm. 2016.**

5. DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.
Periódicos Especializados
REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < http://www.lex.com.br/ >. Acesso em: 18 ago. 2014.

Disciplina: Direito Civil - Direitos Reais	Carga Horária: 80 horas	Período: 5º
Ementa		
Direitos Reais. Direitos Reais e Direitos Pessoais. Posse. Propriedade. Condomínio. Direito de vizinhança. Direitos reais sobre coisa alheia. Propriedade intelectual. Direitos reais e as suas repercussões humanísticas, sociais e culturais.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil. ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado. ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito. ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil. ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil. ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil. ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico. ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação. ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público. ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil, v.5: direitos reais. 11. Rio de Janeiro: Atlas, 2015 2. GOMES, Orlando. Direitos Reais, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 8ª ed., 1983. 3. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, vol. V. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das coisas. São Paulo: Saraiva. 2. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil – direito das coisas. Vol. 3. São Paulo: Saraiva. 3. MALTINTI, Eliana Raposo. Estudos direcionados. Vol. 19 - direito civil - direito das coisas. São Paulo: Saraiva. 4. BRANDÃO, Débora Vanessa Caús (coord.). Direito Civil - Direito das Coisas Direito Civil Vol. 4. São Paulo: RT. 5. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direitos Reais. Vol. 5º. São Paulo: Atlas. 		
Periódicos Especializados		
REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < http://www.lex.com.br/ >. Acesso em: 18 ago. 2014. DIREITO E JUSTIÇA : revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral.		

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MERITUM : revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em:

<<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em:

<<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Disciplina: Direito Penal- Parte Especial II	Carga Horária: 80 horas	Período: 5º
Ementa Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública. Avaliação dos impactos socioculturais de cada tipo penal.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entender o Direito Penal na perspectiva crítica das Ciências Criminais. ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Penal. ✓ Compreender os aspectos históricos e os princípios de Direito Penal. ✓ Entender o Direito Penal à luz da Constituição Federal e sua interdisciplinaridade com os demais ramos. ✓ Compreender o processo de criação de leis penais em cotejo com os princípios norteadores do Direito Penal. ✓ Compreender os âmbitos temporal e espacial de aplicação da lei penal brasileira. ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Penal. ✓ Apresentar capacidade argumentativa acerca dos reflexos do Direito Penal na sociedade contemporânea. ✓ Identificar, no complexo de normas penais, a lei aplicável ao caso concreto. ✓ Estabelecer, a partir da análise de situações reais, conexões entre as condutas praticadas e os modelos abstratos de comportamentos proibidos pelo Direito Penal. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. Vol. 4. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 2. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial (arts. 213 a 361 do CP). Vol. 3. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016. 3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. (Disponível na versão e-book). 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a administração pública dos crimes praticados por prefeitos. Vol. 5. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial, arts. 213 a 359-H. vol. 3. ed. 14. São Paulo: Saraiva, 2016. (Disponível na versão e-book). 3. JESUS, Damásio E. de. Direito penal 4: parte especial – crimes contra a fé pública e crimes contra a administração pública. 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 4. MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado: parte especial (arts. 213 a 359-H do CP). vol. 3. ed. 5. Rio de Janeiro: Método, 2016. 		

5. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal - arts. 213 a 359-H do CP: parte especial. Vol. 3. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Periódicos Especializados

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA. Porto Alegre: PUC - Minas, 2009-. Semestral. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index->>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

Disciplina: Direito Individual do Trabalho	Carga Horária: 80 horas	Período: 5º
Ementa		
Evolução histórica e social. Direito do trabalho e humanismo. Princípios e Fontes. Garantias constitucionais do trabalho. Relação de trabalho e de emprego. Espécies de contrato de trabalho e terceirização. Obrigações advindas da relação de emprego. Duração do trabalho. Remuneração e salário. Alteração e extinção do contrato de trabalho. Garantias provisórias de emprego. Saúde e segurança do trabalho.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a principiologia e a evolução dos institutos do Direito do Trabalho. ✓ Entender o Direito do Trabalho a partir do conhecimento das leis, doutrina, jurisprudência e dos direitos fundamentais. ✓ Entender os problemas sociais e humanísticos a partir do estudo das regras de Direito do Trabalho. ✓ Refletir sobre os direitos fundamentais do trabalhador. ✓ Dominar as regras inerentes ao Direito do Trabalho de modo a desenvolver senso crítico e raciocínio lógico. ✓ Aplicar o raciocínio jurídico argumentativo de forma crítica e reflexiva ✓ Interpretar e aplicar as leis trabalhistas. ✓ Aplicar adequadamente a teoria à realidade na busca pela correta solução de problemas judiciais ou extrajudiciais. ✓ Utilizar os institutos trabalhistas na solução de problemas sociais e humanísticos. ✓ Analisar, de forma crítica e ética os institutos do direito do trabalho de modo a contribuir para a transformação social. ✓ Defender com ética, técnica e profissionalismos os direitos e interesses que lhes forem confiados. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr. 2. BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr. 3. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. Niterói: Impetus. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Direito penal do trabalho. São Paulo: Saraiva. 2. GARCIA, Filipe Barbosa. 3. CUNHA, Maria Inês M. S. A. Da. Direito do trabalho de acordo Com A Lei N. 12.010/2009. São Paulo: Saraiva. 4. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas. 		

5. NASCIMENTO, Amauri Marcaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva.
Periódicos Especializados

Disciplina: Direito Empresarial – Teoria da Empresa	Carga Horária: 80 horas	Período: 5º
--	------------------------------------	--------------------

Ementa

Evolução histórico-social do Direito Empresarial. Fontes do Direito Empresarial. Teoria da empresa. Função social da empresa. Sujeitos do Direito Empresarial. Propriedade industrial. Sociedades: classificação e espécies. Regime jurídico da sociedade empresária. Contratos mercantis.

Habilidades e competências

- ✓ **Formar uma visão geral do Direito Empresarial a partir de seus conceitos e especificidades.**
- ✓ **Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Empresarial, seus aspectos legais e sua aplicação às relações negociais.**
- ✓ **Desenvolver capacidade de comunicação eficiente e eficaz para militar na área do Direito Empresarial.**
- ✓ **Aplicar na prática profissional, o conhecimento teórico adquirido.**
- ✓ **Atuar de forma adequada e profissional na negociação e resolução de problemas nas esferas extrajudiciais e judiciais.**
- ✓ **Demonstrar raciocínio lógico para argumentação, persuasão e reflexão crítica.**
- ✓ **Utilizar os meios informatizados aplicados ao direito, com domínio das novas tecnologias e métodos.**
- ✓ **Identificar fontes relacionadas a aspectos jurídicos de problemas empresariais com foco na avaliação de suas implicações, riscos e oportunidades.**

Bibliografia Básica

- 1. CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito Empresarial Esquematizado. LENZA, Pedro (Coord.). 3. ed.. São Paulo, Saraiva, 2016.**
- 2. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2016.**
- 3. MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. 10. ed.. São Paulo: Atlas, 2014.**

Bibliografia Complementar

- 1. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquematizado. 4. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: método, 2014.**
- 2. Tomazette, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário - Vol. 1 - 7ª Ed. – 2016.**
- 3. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014**
- 4. NEGRÃO, RICARDO. Manual de Direito Comercial de Empresa. Teoria Geral da Empresa e Direito Societário. Volume I. São Paulo: Saraiva.**
- 5. REQUIÃO, RUBENS. Curso de Direito Comercial. Volume I. São Paulo: Saraiva.**

Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

6º SEMESTRE

Disciplina: Direito Tributário: Noções Fundamentais	Carga Horária: 80 horas	Período: 6º
Ementa		
<p>Conceito e fontes do Direito Tributário. Repercussões do Direito Tributário no contexto social. Vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária. Conceito e espécies de tributos. Competência tributária. Limitações do Poder de Tributar. Obrigação tributária. Exoneração tributária e o direito ambiental.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender o Direito Tributário como ramo autônomo do Direito Público. ✓ Diferenciar as especificidades do Direito Tributário e do Direito Financeiro. ✓ Correlacionar o Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição Federal, com o Código Tributário Nacional. ✓ Conhecer as diferentes espécies tributárias e distingui-las das demais receitas públicas. ✓ Compreender as limitações ao poder de tributar a partir da evolução histórica do sistema constitucional e a teoria dos direitos fundamentais. ✓ Analisar os temas atuais da tributação nas diferentes esferas federadas. ✓ Atuar com respeito aos valores e princípios que regem o direito tributário e em observância aos limites constitucionais. ✓ Aplicar adequadamente a legislação, a doutrina e a jurisprudência, além de outras fontes do direito tributário. ✓ Lidar com o avanço tecnológico de modo a garantir a permanente compreensão e aplicação do direito. ✓ Utilizar os instrumentos da teoria geral do direito em consonância com os regramentos do sistema tributário no que pertine as especificidades dos atos de atos de fiscalização, cobrança de tributos. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2. ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquemático. São Paulo: Método. 3. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros. 2. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 3. CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros. 4. MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva. 5. CASSONE, Vittorio. Direito tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceitos e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. São Paulo: Atlas. 		
Periódicos Especializados		
Disciplina: Direito Civil- Família	Carga Horária: 80 horas	Período: 6º

Ementa
Noções gerais de direito de família. Princípios aplicáveis ao direito de família. Evolução da família. A família contemporânea: aspectos humanísticos e sociais. Casamento: características e espécies. Divórcio. Parentesco. Filiação. Parentesco socioafetivo. Adoção. Poder familiar. Regime de bens. União estável. Relações poliafetivas. Alimentos. Tutela. Curatela. Bem de família.
Habilidades e competências
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil. ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado. ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito. ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil. ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil. ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil. ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico. ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação; ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público. ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de direito civil: direito de família. São Paulo: Saraiva. 2. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito de família. São Paulo: Saraiva. 3. FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil, v.6: direito das famílias. 7. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família: Lei nº 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense. 2. LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito de família e sucessões. Vol. 5. São Paulo: Saraiva. 3. LAGRASTA NETO, Caetano; TATURCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito de família: novas tendências e julgamentos emblemáticos. São Paulo: Atlas. 4. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: direito de família. São Paulo: Atlas. (Coleção Direito Civil; Vol. 6). 5. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. São Paulo: Saraiva.
Periódicos Especializados
<p>REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < http://www.lex.com.br/>. Acesso em: 18 ago. 2014.</p> <p>DIREITO E JUSTIÇA : revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>. Acesso em: 18 ago. 2014.</p>

MERITUM : revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE, 2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho	Carga Horária: 80 horas	Período: 6º
Ementa		
Direito constitucional coletivo do trabalho. Direito Internacional e Organização Internacional do Trabalho – OIT. Garantias constitucionais sindicais. Sistema sindical brasileiro: organização, funções, custeio, federações, confederações e centrais sindicais. Greve e lockout. Acordo coletivo. Convenção coletiva. Arbitragem. Dissídios coletivos. Sentença normativa. Ação de cumprimento. Substituição processual. Ministério Público do Trabalho. Direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos. Ação civil pública.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a principiologia e a evolução dos institutos do Direito do Trabalho. ✓ Entender o Direito do Trabalho a partir do conhecimento das leis, doutrina, jurisprudência e dos direitos fundamentais. ✓ Entender os problemas sociais e humanísticos a partir do estudo das regras de Direito do Trabalho. ✓ Refletir sobre os direitos fundamentais do trabalhador. ✓ Dominar as regras inerentes ao Direito do Trabalho de modo a desenvolver senso crítico e raciocínio lógico. ✓ Aplicar o raciocínio jurídico argumentativo de forma crítica e reflexiva. ✓ Interpretar e aplicar as leis trabalhistas. ✓ Aplicar adequadamente a teoria à realidade na busca pela correta solução de problemas judiciais ou extrajudiciais. ✓ Utilizar os institutos trabalhistas na solução de problemas sociais e humanísticos. ✓ Analisar, de forma crítica e ética os institutos do direito do trabalho de modo a contribuir para a transformação social. ✓ Defender com ética, técnica e profissionalismos os direitos e interesses que lhes forem confiados. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DELGADO, Mauricio Godinho. Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTr. 2. BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr. 3. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. Niterói: Impetus. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GARCIA, Filipe Barbosa. 2. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr. 3. CUNHA, Maria Inês M. S. A. Da. Direito do trabalho de acordo Com A Lei N. 12.010/2009. São Paulo: Saraiva. 4. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas. 5. NASCIMENTO, Amauri Marcaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva. 		
Periódicos Especializados		

Disciplina: Direito Processual Civil – Execução	Carga Horária: 80 horas	Período: 6º
Ementa		
Exequibilidade das decisões judiciais: noções introdutórias a luz da segurança jurídica. Liquidação de sentença. Cumprimento provisório da sentença. Cumprimento definitivo da sentença. Introdução ao processo de execução. Execução em geral. Espécies de execução. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender e correlacionar os diferentes ramos do direito e as diferentes ciências que influenciam seu processo de formação e aplicação. ✓ Conhecer os princípios e as garantias do Processo Civil e os limites da jurisdição brasileira. ✓ Entender o Direito Processual como disciplina que regula a atuação do Poder Judiciário. ✓ Compreender o processo como um instrumento de pacificação social. ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao estabelecer os principais institutos do Processo Civil. ✓ Realizar pesquisa de textos doutrinários, jurisprudências e textos legislativos, com domínio sobre tecnologias e métodos de pesquisa contemporâneos. ✓ Analisar e interpretar de forma crítica as normas e fenômenos jurídicos e sua aplicação, valendo-se de elementos argumentativos e persuasivos. ✓ Articular conteúdos teóricos e normativos com a prática judicial e extrajudicial. ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e processo. ✓ Traçar, a partir de um determinado problema concreto, a linha argumentativa a ser percorrida e explorada, tendo em vista a sequência de atos processuais, conforme pré-determinados pela legislação processual. ✓ Atuar de forma profissional, em diferentes instâncias e órgãos, judiciais ou administrativos, com domínio sobre procedimentos e técnicas. ✓ Pesquisar, ler, compreender e elaborar textos científicos, documentos ou peças processuais com domínio da linguagem técnica. ✓ Cumprir o papel de prevenir, mediar e dirimir conflitos, tendo sempre viva a consciência de que o menor litígio tem o potencial de abalar a harmonia da vida em coletividade. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Bueno, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016. 2. Didier, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – V.1 – Reescrito com Base no Novo CPC (2016). 3. Humberto Theodoro - Curso de Direito Processual Civil – V.1. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. MONTENEGRO Filho, Misael. Curso Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016. 2. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único. Ed. Juspodivm. 2016. 		

3. OLIVEIRA, Paulo Mendes de; MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa Julgada e Precedente - Limites Temporais e As Relações Jurídicas de Trato Continuado. Ed. Revista dos Tribunais. 2016.
4. CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Ed. Juspodivm. 2016.
5. DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático Direito Processual Civil. Ed. Atlas. 2016.

Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Disciplina: Direito Empresarial – Títulos de Crédito e Falência	Carga Horária: 80 horas	Período: 6º
Ementa		
Teoria geral do direito cambiário. Títulos de crédito: Atributos e classificação. Aspectos processuais. Contratos mercantis. Fundamentos do direito falimentar. Sujeitos do processo falimentar. Processo falimentar. Crimes falimentares. Recuperação judicial e extrajudicial.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formar uma visão geral do Direito Empresarial a partir de seus conceitos e especificidades. ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Empresarial, seus aspectos legais e sua aplicação nas relações negociais. ✓ Desenvolver capacidade de comunicação eficiente e eficaz para militar na área do Direito Empresarial. ✓ Aplicar na prática profissional, o conhecimento teórico adquirido. ✓ Atuar de forma adequada e profissional na negociação e resolução de problemas nas esferas extrajudiciais e judiciais. ✓ Demonstrar raciocínio lógico para argumentação, persuasão e reflexão crítica. ✓ Utilizar os meios informatizados aplicados ao direito, com domínio das novas tecnologias e métodos. ✓ Identificar fontes relacionadas a aspectos jurídicos de problemas empresariais com foco na avaliação de suas implicações, riscos e oportunidades. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CHAGAS, Edilson Eneidino das. Direito Empresarial Esquemático. LENZA, Pedro (Coord.). 3. ed.. São Paulo, Saraiva, 2016. 2. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquemático. 4. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: método, 2014. 3. MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. 10. ed.. São Paulo: Atlas, 2014. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol. II. São Paulo: Saraiva, 2016. 3. COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol. III. São Paulo: Saraiva, 2016. 		

4. Tomazette, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário - Vol. 1 - 7ª Ed. – 2016.
5. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014.

Periódicos Especializados

REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

7º SEMESTRE

Disciplina: Direito Civil - Sucessões	Carga Horária: 80 horas	Período: 7º
Ementa		
Princípios. Conceitos. Fundamentos. Disposições gerais sucessórias. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário. Partilha. Colação. Sonegados.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer os fundamentos hermenêuticos do Direito Civil. ✓ Compreender a principiologia do Direito Civil mediante o estudo e a discussão de temas do Direito Privado. ✓ Compreender as relações privadas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito. ✓ Entender os problemas sociais, comunitários e humanísticos a partir do estudo dos institutos do Direito Civil. ✓ Analisar, de forma crítica e criativa, os conteúdos teóricos do Direito Civil. ✓ Aplicar adequadamente os fundamentos interpretativos do Direito Civil. ✓ Apresentar capacidade argumentativa fundada em juízo lógico e crítico. ✓ Demonstrar aptidão para tomar decisões estratégicas dentro de sua área de atuação. ✓ Fazer, a partir da análise de situações reais, a interlocução entre os conteúdos de direito privado e de direito público. ✓ Apresentar soluções para os problemas compatíveis com a realidade social que o cerca. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v.6: direito das sucessões. 8. Rio de Janeiro: Método, 2015 2. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo Filho. Novo curso de direito civil: Sucessões. São Paulo: Saraiva 3. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões. Vol. 4. São Paulo: Saraiva. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DA SILVA, Regina Beatriz Tavares, CAMARGO, Theodureto de Almeida. Grandes temas de direito de família e das sucessões. São Paulo: Saraiva. 2. DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais 3. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Direito das sucessões. Vol. 6. São Paulo: Saraiva. 4. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva. 5. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: direito das sucessões. São Paulo: Atlas. 		
Periódicos Especializados		

REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: < <http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

DIREITO E JUSTIÇA : revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS: 2005-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MERITUM : revista de Direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/index.php/meritum/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

PRISMA JURÍDICO. São Paulo: UNINOVE,2002-. Semestral. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Disciplina: Direito Administrativo – Organização	Carga Horária:	Período: 7º
Administrativa do Estado	80 horas	
Ementa		
Direito Administrativo. Administração Pública. Funções públicas. Órgão público. Agentes públicos. Princípios da administração pública. Poderes administrativos. Organização administrativa. Servidores públicos. Processo administrativo. Ato administrativo. Bens públicos.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender o Direito Administrativo como disciplina teórica-científica relevante para o entendimento dos princípios que regem a atividade administrativa do Estado. ✓ Entender e Identificar os diferentes sistemas administrativos. ✓ Observar a estrutura administrativa do Estado Brasileiro e suas peculiaridades ✓ Compreender as funções precípuas de cada um dos poderes estatais distinguindo-as da atividade administrativa. ✓ Estabelecer conexão entre os preceitos constitucionais e o direito administrativo. ✓ Compreender as relações administrativas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito. ✓ Identificar e diferenciar as diversas relações mantidas entre o Estado e terceiros. ✓ Lidar, de forma consciente e responsável, com a inserção do estado nas relações sociais. ✓ Identificar as normas administrativas incidentes aos casos concretos para sua mais adequada interpretação e aplicação. ✓ Ter consciência social e atuar com adequação técnico-jurídica nas instancias administrativa e judicial. ✓ Atuar com ética, técnica e profissionalismo na defesa dos interesses públicos ou do interesse dos cidadãos, contra abusos praticados pelos agentes públicos. ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo: Rio de Janeiro: Lúmen Iuris; 2. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas. 3. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros. 		

Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Rio de Janeiro: Impetus.) 2. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo. Saraiva. 3. MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. Niterói: Impetus. 4. MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 5. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros.
Periódicos Especializados

Disciplina: Direito processual do Trabalho	Carga Horária: 80 horas	Período: 7º
Ementa		
<p>Evolução histórica e o princípio da proteção. Princípios específicos do processo do Trabalho. Organização e competência da justiça do trabalho. Processo de conhecimento: ritos, reclamação trabalhista, resposta do réu e intervenção de terceiros. Liquidação de verbas trabalhistas. Sistema recursal. Tutelas provisórias. Execução trabalhista. Procedimentos especiais: Inquérito para apuração de falta grave, ação de cumprimento e ação rescisória.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver a aptidão para definir os aspectos relevantes do direito processual do trabalho por meio da compreensão dos princípios e das garantias processuais. ✓ Compreender as diversas formas de solução dos conflitos trabalhista. ✓ Dominar as regras do direito processual do trabalho e a correta utilização da terminologia jurídica. ✓ Apreender os procedimentos trabalhistas observando seus diferentes ritos. ✓ Entender de forma teórica os aspectos práticos do processo trabalhista. ✓ Analisar de forma crítica a estrutura processual empregada pelo legislador. ✓ Atuar com ética e domínio das tecnologias e métodos definidos na legislação processual. ✓ Atuar na área consultiva e contenciosa trabalhista. ✓ Correlacionar as disciplinas do direito material com o direito processual trabalhista. ✓ Defender com ética, técnica e profissionalismo os direitos e interesses que lhes forem confiados. ✓ Pesquisar, interpretar e aplicar adequadamente a jurisprudência. ✓ Aplicar os aspectos teóricos do processo trabalhista aos casos concretos. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. 5. ed. São Paulo: Gen, 2016. 2. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTR. 3. SCHIAVI, Mauro. Processo do trabalho. 2. São Paulo: Saraiva, 2013. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de Processo do Trabalho. São Paulo: Revista dos Tribunais. 		

2. COSTA, Armando Casimiro. CLT - LTr Consolidação das leis do trabalho. São Paulo: LTr.
3. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Competência da justiça do Trabalho. São Paulo: Gen.
4. MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas.
5. MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual esquemático de Direito e Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

Periódicos Especializados

Disciplina: Método de Solução de Conflitos (EAD)	Carga Horária: 80 horas	Período: 7º
Ementa		
<p>A etiologia dos conflitos e os métodos consensuais de solução de controvérsias. Os limites da intervenção do Estado e os parâmetros para a vontade do particular. O comportamento socioeconômico. As relações interpessoais. O desenvolvimento de habilidades sociais e comportamentais necessários à gestão de conflitos. A negociação, seus princípios e métodos. A conciliação, a mediação e a arbitragem com seus princípios, métodos e pressupostos técnicos.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver capacidade de atuar em espaço de embates. ✓ Identificar e compreender comportamentos, intenções, problemas, motivos e interesses diversos. ✓ Encontrar soluções compatíveis com as situações complexas do cotidiano de forma a equacionar os problemas e buscar respostas harmônicas às demandas individuais e sociais. ✓ Conhecer as diferentes formas judiciais e extrajudiciais de prevenção, composição e solução de conflitos de interesses individuais e coletivos. ✓ Adquirir domínio das tecnologias e dos métodos atualizados para a permanente compreensão e aplicação do Direito. ✓ Desenvolver uma consciência crítica dos problemas de tempo e aliada à capacidade de proceder a julgamentos e tomada de decisões adequadas. ✓ Atuar de forma individual, associada e coletiva, no processo comunicativo e executivo inerente ao exercício de sua atividade profissional. ✓ Aplicar diferentes métodos de solução de conflitos de acordo com as necessidades de cada caso. ✓ Administrar situações em que os envolvidos estejam com os ânimos exaltados. ✓ Estimular o desenvolvimento de condições que permitam a reformulação das questões diante de eventuais impasses. ✓ Abordar com imparcialidade, além das questões juridicamente tuteladas, todas as questões que possam influenciar na relação social das partes. ✓ Adotar postura que inspira respeito e confiança no processo. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FISCHER, Roger; BRUCE, Patton; URY, William. Como Chegar ao sim: Negociação de Acordos Sem Concessões; Tradução Vera Ribeiro e Ana Luiza Borges- 2ª Edição Revisada e Ampliada – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994. 2. GARCEZ, José Maria Rossani. Adrs - Métodos Alternativos de Solução de Conflitos. Lumen Juris, 2013. 3. SCAVONE Junior, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem - Mediação e Conciliação. São Paulo: Forense, 2016. 		

Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALMEIDA, Tânia. Caixa de Ferramentas em Mediação – Aportes práticos e teóricos. 1ª edição – São Paulo: Dash Editora, 2014. 2. AZEVEDO, André Gomma (Org). 2012. Manual de Mediação Judicial. (Brasília-DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. 3. FISCHER, Roger; BRUCE, Patton; URY, William. Como Chegar ao sim: Negociação de Acordos Sem Concessões; Tradução Vera Ribeiro e Ana Luiza Borges- 2ª Edição Revisada e Ampliada – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994. 4. ROCHA, Caio Cesar Vieira. Arbitragem e mediação: a reforma da legislação brasileira. São Paulo: Atlas, 2015. 5. SOUZA, Luciane Moessa de. Resolução Consensual de Conflitos Coletivos Envolvendo Políticas Públicas.1ª ed. – Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília/FUB, 2014.
Periódicos Especializados

Disciplina: Direito Tributário: Crédito Tributário	Carga Horária: 80 horas	Período: 7º
Ementa		
<p>Crédito tributário. Lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Impostos em espécie. Processo administrativo e judicial tributário. Execução fiscal. Administração tributária.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender o Direito Tributário como ramo autônomo do Direito Público. ✓ Diferenciar as especificidades do Direito Tributário e do Direito Financeiro. ✓ Correlacionar o Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição Federal, com o Código Tributário Nacional. ✓ Conhecer as diferentes espécies tributárias e distingui-las das demais receitas públicas. ✓ Compreender as limitações ao poder de tributar a partir da evolução histórica do sistema constitucional e a teoria dos direitos fundamentais. ✓ Analisar os temas atuais da tributação nas diferentes esferas federadas. ✓ Compreender as diferentes demandas judiciais tributárias e seus respectivos instrumentos de defesa. ✓ Atuar com respeito aos valores e princípios que regem o direito tributário e em observância aos limites constitucionais. ✓ Aplicar adequadamente a legislação, a doutrina e a jurisprudência, além de outras fontes do direito tributário. ✓ Lidar com o avanço tecnológico de modo a garantir a permanente compreensão e aplicação do direito. ✓ Utilizar os instrumentos da teoria geral do direito em consonância com os regramentos do sistema tributário no que pertine as especificidades dos atos de fiscalização e de cobrança de tributos. ✓ Prestar serviços de consultoria e planejamento fiscal. ✓ Atuar de maneira adequada nos litígios oriundos de tributos utilizando-se dos meios de defesa adequados. 		

Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. São Paulo: Método. 2. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 3. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros. 2. MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). Curso de direito tributário. 12. ed. São Paulo: Saraiva. 3. CASSONE, Vittorio. Direito tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceitos e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. São Paulo: Atlas. 4. CHIMENTI, Ricardo Cunha. Direito tributário: com anotações sobre direito financeiro, direito orçamentário e lei de responsabilidade fiscal. Vol.16. São Paulo: Saraiva. 5. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.
Periódicos Especializados

Disciplina: Estágio Supervisionado I	Carga Horária: 80 horas	Período: 7º
Ementa		
Prática jurídica simulada orientada ao exercício das atividades inerentes ao bacharel em direito, com ênfase na indispensável interlocução entre a teoria e a prática.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adquirir conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos para compreensão do Direito nos âmbitos individual e social. ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica. ✓ Dominar métodos de pesquisa, legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso. ✓ Domínio de diversas áreas do Direito. ✓ Percepção da interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas. ✓ Atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos. ✓ Atuação ética com os demais operadores jurídicos e com os assistidos. ✓ Adequada observância do código de ética que define regras para a categoria que integrará. ✓ Leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas. ✓ Produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão. ✓ Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense. ✓ Atuar em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Galdino de. Prática no Processo Civil - Cabimento / Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos. Editora Atlas. 		

<ol style="list-style-type: none"> 2. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini; MACHADO, Angela Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira. <i>Prática Penal - Col. Prática Forense - Vol. 6 - 2013. Revista dos tribunais.</i> 3. PEREIRA, Leone. <i>Prática Trabalhista. Revista dos tribunais.</i> 4. BARRETO, Pedro. <i>Como se preparar para a segunda fase, tributário: exame de ordem. São Paulo: Método.</i> 5. AZEVEDO, André Gomma (Org). 2012. <i>Manual de Mediação Judicial. (Brasília-DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD.</i>
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BUENO. Cassio Scarpinella. <i>Manual de Direito Processual Civil. Volume único. 2ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva.</i> 2. COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. <i>Manual da prática civil: teoria e prática. 7. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico.</i> 3. GRECO, Rogerio. <i>Código Penal Comentado. IMPETUS.</i> 4. NUCCI, Guilherme de Souza. <i>Manual de processo penal e execução penal. Revista dos tribunais.</i> 5. SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. <i>Manual de direito penal: teoria e prática. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico</i> 6. CARRION, Valentin. <i>CLT Comentada. LTR.</i> 7. OLIVEIRA, Cíntia Machado; JUNIOR, Eugênio Hainzenreder; SAMUEL, Gimea; GÓES, Maurício. <i>Manual de prática trabalhista: teoria e prática. 6. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico.</i> 8. BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana Francisca. <i>Prática tributária. Revista dos tribunais</i> 9. ALMEIDA, Tânia. <i>Caixa de Ferramentas em Mediação - Aportes práticos e teóricos. 1ª edição - São Paulo: Dash Editora, 2014.</i>
Periódicos Especializados

8º SEMESTRE

Disciplina: Ética Geral e Profissional	Carga Horária: 80 horas	Período: 8º
Ementa		
<p>Noção geral de ética. As principais concepções da ética na história do pensamento ocidental. Correlações relevantes entre ética, moral, justiça, cidadania e direitos humanos. Relações étnico-raciais e de gênero. O direito e a ética: a deontologia jurídica. Função social das carreiras jurídicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Estatuto da advocacia, código de ética e disciplina, regulamento geral e provimentos da OAB.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a necessidade de aplicação do direito com ética e responsabilidade social. ✓ Desenvolver uma postura ética quanto aos valores humanos, nas relações sociais, no exercício da advocacia e demais atividades profissionais e em todas as situações pessoais ou profissionais. ✓ Entender a importância da formação de profissionais qualificados e aptos a viver e assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, reflexão crítica e científica, que possibilitem a produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito. ✓ Conhecer os regramentos da ética profissional jurídica correlacionando-os aos preceitos constitucionais. ✓ Defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade. ✓ Contribuir criativamente para o desenvolvimento da comunidade que o cerca. ✓ Adaptar as inovações jurídico-tecnológicas às necessidades e as exigências do seu desenvolvimento e expansão pessoal e comunitária. ✓ Aplicar os mecanismos adequados para o exercício da cidadania em toda sua plenitude. ✓ Dominar os conceitos fundamentais da ética jurídica, interpretando e instrumentalizando sua aplicação à luz dos valores constitucionais e infraconstitucionais.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. LÔBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. São Paulo: Saraiva. 2. SANDEL, Michel. Justiça. 3. PERELMAN, Chaim. Ética e direito.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. MAMEDE, Gladston. A advocacia e A Ordem dos Advogados do Brasil. 6ª Ed. 2014. Atlas. 2. DONDI, Angelo / HAZARD, Geoffrey C. Ética Jurídica – Um estudo comparativo. WMF Martins Fontes. 3. DROIT, Roger-Pol. Ética – Uma primeira conversa. WMF Martins Fontes. 4. DWORKIN, Ronald. Raposa e o Porco-Espinho, a Justiça e o Valor. WMF Martins Fontes. 5. ALMEIDA, Guilherme Assis de; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. Ética e direito: uma perspectiva integrada. São Paulo: Atlas.
Periódicos Especializados

Disciplina: Direito do Consumidor	Carga Horária: 80 horas	Período: 8º
Ementa		
<p>Evolução e fundamentos do direito do consumidor. Base constitucional. Princípios. Conceitos básicos. Aspectos sociológicos: comportamento do consumidor e do mercado. Análise econômica do Direito do Consumidor. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta. Publicidade. As práticas abusivas. Proteção comercial. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Superendividamento do consumidor. Defesa do consumidor em juízo.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer e compreender os conceitos e as relações afetas ao Direito do Consumidor e suas especificidades. ✓ Compreender a correlação entre as estruturas sociais, históricas e econômicas e a proteção ao consumidor. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dominar a linguagem e a lógica própria do sistema consumerista. ✓ Correlacionar o Direito do Consumidor com os demais ramos do Direito. ✓ Desenvolver a capacidade de reflexão crítica a respeito do Direito do Consumidor. ✓ Identificar as especificidades das relações de consumo e a amplitude da proteção consumerista, dentro da lógica própria do Direito do Consumidor. ✓ Atuar nas estruturas próprias de proteção ao consumo, notadamente os órgãos estatais específicos e entidades da sociedade civil. ✓ Compreender e aplicar a doutrina, a legislação e a jurisprudência relacionada ao Direito do Consumidor, bem como sua interdisciplinaridade. ✓ Atuar de maneira técnico-jurídica em diferentes instâncias afetas à busca da proteção efetiva das relações de consumo.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. MARQUES, Cláudia Lima et al. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2010. 2. NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Curso de Direito de Consumidor. 6.ed. rev. e atual São Paulo: Saraiva, 2011. 3. Benjamin, Antonio Herman.; Marques, Cláudia Lima; Bessa, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor, 5ª Ed., Revista dos Tribunais, 2013.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. Marques, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais, 6ª Ed., Revista dos Tribunais, 2011. 2. GRINOVER, Ada Pellegrini, et al. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 3. GUIMARÃES, Paulo Jorge Scartezzini. Vícios do Produto e do Serviço por Qualidade, Quantidade e Insegurança. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 4. ALMEIDA, João Batista de. Manual de direito do consumidor. São Paulo: Saraiva. 5. BESSA, Leonardo Roscoe. O consumidor e os limites dos bancos de dados de proteção ao crédito. Vol. 5. São Paulo: Revista dos Tribunais.
Periódicos Especializados

Disciplina: Direito Administrativo – Atividades Administrativas	Carga Horária: 80 horas	Período: 8º
Ementa		
<p>Licitações pública e meio ambiente. Contratos administrativos. Serviços públicos. Concessão e permissão. Responsabilidade extracontratual do Estado. Intervenção do Estado na propriedade privada. Desapropriação. Controle da administração pública. Improbidade administrativa.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender o Direito Administrativo como disciplina teórica-científica relevante para o entendimento dos princípios que regem a atividade administrativa do Estado. ✓ Estabelecer conexão entre os preceitos constitucionais e o direito administrativo. ✓ Observar a estrutura administrativa do Estado Brasileiro e suas peculiaridades. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender as atividades desempenhadas pelo Estado no exercício da Função administrativa. ✓ Compreender as relações administrativas e sua interdisciplinaridade com os outros ramos do direito. ✓ Lidar, de forma consciente e responsável, com a inserção do estado nas relações sociais. ✓ Identificar e diferenciar as diversas relações mantidas entre o Estado e terceiros. ✓ Identificar as normas administrativas incidentes aos casos concretos para sua mais adequada interpretação e aplicação. ✓ Ter consciência social e atuar com adequação técnico-jurídica nas instancias administrativa e judicial. ✓ Atuar com ética, técnica e profissionalismo na defesa dos interesses públicos ou do interesse dos cidadãos, contra abusos praticados pelos agentes públicos. ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo: Rio de Janeiro: Lúmen Iuris. 2. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas. 3. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo. Dialética.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros. 2. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Rio de Janeiro: Impetus. 3. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo. Saraiva. 4. MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. Niterói: Impetus. 5. MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 6. São Paulo: Saraiva, 2015.
Periódicos Especializados

Disciplina: Filosofia	Carga Horária: 80 horas	Período: 8º
Ementa		
<p>Os períodos mitológico e Pré-Socrático. A filosofia do Período Clássico ao Greco-Romano: Sócrates, Platão e Aristóteles. O pensamento cristão. Fé e Razão. Os novos valores da ciência. Filosofia moderna. A filosofia do século XX. Pós hegelianismo. Filosofia contemporânea e suas Implicações na dinâmica social. Princípios ontológicos, axiológicos e teleológicos, de forma a vincular e justificar a ética dentro de um contexto sócio humanístico.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a necessária integração entre a filosofia e a vida em sociedade. ✓ Exercitar o pensamento filosófico no sentido de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descobrir a coerência do conhecimento filosófico para uma melhor fundamentação dos argumentos. ✓ Desenvolver a pesquisa, a investigação, para se ter a noção exata do que se deseja abordar, com veracidade dos fatos. ✓ Entender a importância da Filosofia no mundo e para a realidade que o cerca. ✓ Desenvolver atitudes autônomas, como pensar e agir com independência, a partir dos fundamentos filosóficos. ✓ Integrar a filosofia com o agir pessoal e político bem como com produção científica. ✓ Relacionar a crítica filosófica à promoção integral da cidadania, ao respeito às pessoas, com ênfase na defesa dos direitos humanos. ✓ Desencadear habilidades de raciocínio que contribuam para um posicionamento reflexivo e crítico de mundo. ✓ Atuar com consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio humanística, de forma crítica e participativa.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARANHA, M. Lucia. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1990. 2. ARRUDA, A. M. Lúcia e MARTINS, P. M. Helena. Filosofando. São Paulo: Moderna, 1986. 3. GUIARELLI Junior, Paulo. O que é Filosofia da Educação. São Paulo: DP&A, 1999.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. ADEODATO, João Maurício. Ética e Retórica para uma Teoria da Dogmática Jurídica. São Paulo: Saraiva. 2. KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Portugal: Almedina. 3. ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito – uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva. 4. REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva. 5. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense.
Periódicos Especializados

Disciplina: Estágio Supervisionado II	Carga Horária: 80 horas	Período: 8º
Ementa		
Prática jurídica simulada orientada ao exercício das atividades inerentes ao bacharel em direito, com ênfase na indispensável interlocução entre a teoria e a prática.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adquirir conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos para compreensão do Direito nos âmbitos individual e social. ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica. ✓ Dominar métodos de pesquisa, legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso. ✓ Domínio de diversas áreas do Direito. ✓ Percepção da interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas. ✓ Atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos. ✓ Atuação ética com os demais operadores jurídicos e com os assistidos. 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequada observância do código de ética que define regras para a categoria que integrará. ✓ Leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas. ✓ Produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão. ✓ Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense. ✓ Atuar em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Galdino de. <i>Prática no Processo Civil - Cabimento / Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos</i>. Editora Atlas. 2. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini; MACHADO, Angela Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira. <i>Prática Penal - Col. Prática Forense - Vol. 6 - 2013</i>. Revista dos tribunais. 3. PEREIRA, Leone. <i>Prática Trabalhista</i>. Revista dos tribunais. 4. BARRETO, Pedro. <i>Como se preparar para a segunda fase, tributário: exame de ordem</i>. São Paulo: Método. AZEVEDO, André Gomma (Org). 2012. <i>Manual de Mediação Judicial</i>. (Brasília-DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BUENO. Cassio Scarpinella. <i>Manual de Direito Processual Civil</i>. Volume único. 2ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva. 2. COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. <i>Manual da prática civil: teoria e prática</i>. 7. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico. 3. GRECO, Rogerio. <i>Código Penal Comentado</i>. IMPETUS. 4. NUCCI, Guilherme de Souza. <i>Manual de processo penal e execução penal</i>. Revista dos tribunais. 5. SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. <i>Manual de direito penal: teoria e prática</i>. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico 6. CARRION, Valentin. <i>CLT Comentada</i>. LTR. 7. OLIVEIRA, Cíntia Machado; JUNIOR, Eugênio Hainzenreder; SAMUEL, Gimea; GÓES, Maurício. <i>Manual de prática trabalhista: teoria e prática</i>. 6. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico. 8. BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana Francisca. <i>Prática tributária</i>. Revista dos tribunais 9. ALMEIDA, Tânia. <i>Caixa de Ferramentas em Mediação - Aportes práticos e teóricos</i>. 1ª edição - São Paulo: Dash Editora, 2014.
Periódicos Especializados

9º Semestre

Disciplina: Tópicos Especiais	Carga Horária:	Período: 9º
	80 horas	
Ementa		
<p>Reflexão e debate sobre os conceitos e princípios do Direito. Aprofundamento dos pontos relevantes que passaram por alterações recentes, oportunizando uma revisão doutrinário e jurisprudencial.</p>		

Habilidades e competências
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos. ✓ Analisar a complexidade da área jurídica - pública e privada - de forma crítica, dinâmica, fundamentada e alinhada com a realidade social brasileira ✓ Aplicar o conhecimento a situações concretas do cenário jurídico brasileiro. ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica. ✓ Desenvolver uma postura profissional crítica e ética
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016 3. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo: Rio de Janeiro: Lúmen Iuris 2. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional 3. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19. São Paulo: Saraiva, 2015 4. LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. ed. 13. São Paulo: Saraiva, 2015. 5. Bueno, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil - Lei Nº 13.105, de 16.03.2015 - Vol. Único - 2ª Ed. 2016
Periódicos Especializados
<ol style="list-style-type: none"> 1. REVISTA NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS. Itajaí, SC: Univali,1995-. Quadrimestral. ISSN 2175-0491 (Periódicos - [Digital]) 2. REVISTA PROJEÇÃO DIREITO E SOCIEDADE. Brasília, DF: Escola de Ciências Jurídicas e Sociais / Faculdade Projeção,2010-. Semestral. ISSN 2178-6283. (Periódicos - [Digital]) 3. REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA Porto Alegre, RS: PUC - Minas,2009-. Semestral. ISSN 2177-6784. (Periódicos - [Digital])

Disciplina: Direito Internacional	Carga Horária: 80 horas	Período: 9º
Ementa		
<p>Sociedade internacional. Fontes do Direito Internacional e o Direito dos tratados. Sujeitos do Direito Internacional: Estados, Organizações Internacionais e entes não-estatais. A pessoa humana como sujeito do Direito Internacional e sua proteção: nacionalidade, apátrida, estatuto do estrangeiro, estatuto do refugiado e asilo. Direito Internacional Humanitário e as forças de paz. Direito Penal Internacional e a responsabilização da pessoa humana. Litígio Internacional e solução pacífica de conflitos. Responsabilidade internacional dos Estados: sanções. Direito Internacional Econômico e os blocos regionais. Domínio Público Internacional. Solução dos conflitos de leis no espaço. Elementos de conexão. Direito Processual Internacional: competência internacional e cooperação internacional.</p>		
Habilidades e competências		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender os conceitos do Direito Internacional, seus processos de integração regional e internacional e a ampliação da justiciabilidade internacional. ✓ Avaliar a atuação do Brasil no cenário internacional, suas posições históricas e atuais, no relacionamento com os Estados estrangeiros e Organismos Internacionais. ✓ Analisar a complexidade da área jurídica internacional - pública e privada - de forma crítica, dinâmica, fundamentada e alinhada com a realidade social brasileira. ✓ Compreender o ambiente e os procedimentos para o exercício da advocacia internacional, diplomacia, comércio no âmbito das instituições pátrias, tribunais superiores e Supremo Tribunal Federal. ✓ Desenvolver um discurso crítico-dialógico sobre a sociedade internacional. ✓ Compreender a crescente institucionalização internacional. ✓ Identificar a relação entre a jurisdição interna e a jurisdição internacional. ✓ Identificar o Direito Internacional como ramo autônomo ressaltando as vertentes do Direito Internacional dos Refugiados, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Penal Internacional. ✓ Identificar os estratos de atuação do Poder Público no enfrentamento de novos temas e questões contemporâneas do Direito Internacional. ✓ Aplicar as convenções e fontes normativas internacional às situações concretas do cenário internacional. ✓ Efetivar a interlocução entre os elementos de conexão do direito internacional com os demais ramos do direito.
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. DEL'Olmo, Florisbal de Souza. Curso de direito internacional privado. Rio de Janeiro: Forense. 2. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito internacional público. São Paulo: RT. 3. REZEK, Jose Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. BASSO, Maristela. Curso de direito internacional privado. São Paulo: Atlas. 2. FAVARO, Luciano Monti. A solução de controvérsias na Organização Mundial do Comércio : o caso dos pneus reformados advindos da União Europeia. 3. MAZZUOLI. Valerio de Oliveira. Direito internacional privado: curso elementar. Rio de Janeiro: Forense. 4. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 5. STRENGER, Irineu. Direito internacional privado. São Paulo: LTR
Periódicos Especializados

Disciplina: Optativa I	Carga Horária: 80 horas	Período: 9º
<p>Ementa: A ementa será de acordo com a optativa escolhida. As disciplinas optativas visam garantir a flexibilidade da matriz, permitindo aos alunos direcionar seus estudos para áreas de maior interesse.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ As competências serão definidas de acordo com a optativa escolhida. 		

✓ As habilidades serão definidas de acordo com a optativa escolhida.
Bibliografia Básica
A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)
Bibliografia Complementar
A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)
Periódicos Especializados

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga Horária: 80 horas	Período: 9º
Ementa		
Pesquisa. Escolha do tema. Projeto. Trabalho Científico. Redação. Prazos. Apresentação do resultado intelectual na forma escrita.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a pesquisa como atividade científica, suas características, linguagem e normas técnicas. Compreender a importância histórica da disciplina como fundamento para todo e qualquer procedimento científico. ✓ Analisar as etapas de construção de um projeto de pesquisa científica. ✓ Analisar a atividade de pesquisa em relação ao processo de identificação, valoração e delimitação dos métodos e das técnicas de pesquisa. ✓ Compreender o processo de elaboração e as etapas de um projeto de pesquisa científica. ✓ Apresentar graficamente um trabalho científico de acordo com as regras vigentes. ✓ Utilizar corretamente a linguagem pelo entendimento de palavras utilizadas na produção de trabalhos científicos. ✓ Desenvolver a capacidade de elaborar e apresentar trabalhos de natureza científica. ✓ Identificar, valorar e delimitar métodos e técnicas de pesquisa científica. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. HENRIQUES, Antônio. Monografia no curso de direito: como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São Paulo: Atlas. 2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas. 3. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ANDRADE, M. M. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas. 2. CASTILHO, Maria Augusta de. Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas. São Paulo: Saraiva. 3. VIEIRA, Liliane dos Santos. Pesquisa e monografia jurídica na era da informática. Brasília: Brasília Jurídica. 		

4. MEZZAROBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito: atualizado de acordo com as últimas normas da ABNT. São Paulo: Saraiva.
5. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva.
6. NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação e uma tese. São Paulo: Saraiva.

Periódicos Especializados

Disciplina: Estágio Supervisionado III	Carga Horária: 80 horas	Período: 9º
Ementa		
Prática Jurídica Real orientada ao exercício das atividades inerentes ao bacharel em direito, com ênfase na indispensável interlocução entre a teoria e a prática.		
Habilidades e competências		
<ol style="list-style-type: none"> 4. Adquirir conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos para compreensão do Direito nos âmbitos individual e social. 5. Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica. 6. Dominar métodos de pesquisa, legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso. 7. Domínio de diversas áreas do Direito. 8. Percepção da interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas. 9. Atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos. 10. Atuação ética com os demais operadores jurídicos e com os assistidos. 11. Adequada observância do código de ética que define regras para a categoria que integrará. 12. Leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; 13. Produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão. 14. Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense. 15. Atuar em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Galdino de. Prática no Processo Civil - Cabimento / Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos. Editora Atlas. 2. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini; MACHADO, Angela Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira. Prática Penal - Col. Prática Forense - Vol. 6 - 2013. Revista dos tribunais. 3. PEREIRA, Leone. Prática Trabalhista. Revista dos tribunais. 		

<p>4. BARRETO, Pedro. Como se preparar para a segunda fase, tributário: exame de ordem. São Paulo: Método.</p> <p>AZEVEDO, André Gomma (Org). 2012. Manual de Mediação Judicial. (Brasília- DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD.</p>
Periódicos Especializados

10º SEMESTRE

Disciplina: Legislação Penal e Processual Especial	Carga Horária: 80 horas	Período: 10º
Ementa		
<p>Estudo das legislações penais e processuais penais especiais. Notadamente as normas que abordem os temas relacionados ao abuso de autoridade, tráfico de entorpecentes, tortura, discriminação racial, crimes hediondos, violência doméstica contra a mulher e outros considerados de caráter sócio humanísticos.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender a relação entre a morfologia dos procedimentos e o atendimento aos princípios norteadores da disciplina processual penal. ✓ Entender a estrutura empregada pelo legislador ao delinear os principais institutos do direito processual penal brasileiro. ✓ Conhecer a legislação penal e processual penal especial e os elementos interdisciplinares constantes no rito processual. ✓ Elaborar crítica e propor medidas tendentes ao aperfeiçoamento do arcabouço jurídico processual. ✓ Traçar, a partir da análise de problemas concretos, a linha de atuação a ser percorrida, embasada na sequência de atos processuais pré-determinados pela legislação. ✓ Atuar tecnicamente nas instâncias, administrativa e judicial, com a adequada utilização de atos, ritos processuais e procedimentos. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Legislação penal especial. ed. 2. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas, v.1. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 3. NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas, v.2. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 2. BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. Legislação penal especial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 		

3. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: legislação penal especial.. vol. 4. ed. 11. São Paulo: Saraiva, 2016.

Periódicos Especializados

Disciplina: Direitos Humanos	Carga Horária: 80 horas	Período: 10^o
Ementa		
<p>Estudo dos conceitos e teorias dos Direitos Humanos e sua perspectiva histórica. Conceito de pessoa e dignidade humana. Direitos Humanos e Direito Humanitário. Os tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos em espécie. Sistemas internacionais de proteção de Direitos Humanos. A Constituição brasileira e o Direito internacional dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais. Grupos vulneráveis e violações de Direitos Humanos. Realização dos Direitos Humanos e seus desafios.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender procedimentos e mecanismos de defesa para garantia, eficácia e aplicabilidade dos direitos humanos. ✓ Assimilar os extratos de atuação do poder público, e os diferentes modos de atuação dos agentes sociais e sujeitos coletivos, na construção de conquista e proteção dos direitos humanos. ✓ Perceber a relação entre a jurisdição interna e a jurisdição internacional dos Direitos Humanos. ✓ Compreender os direitos humanos como pressuposto para garantia da dignidade humana das minorias no âmbito do Estado Plurinacional Democrático de Direito. ✓ Compreender funcionamento global das instituições de proteção regional e internacional dos Direitos Humanos, em especial as organizações internacionais e os tribunais especializados. ✓ Articular a teoria humanística e sua interdisciplinaridade com os demais ramos do Direito. ✓ Dialogar com os principais institutos, conceitos e dimensões dos direitos humanos provendo articulação entre os planos constitucional e infraconstitucional brasileiro e o discurso jurídico-normativo aplicado no âmbito das relações sociais. ✓ Defender o Direito Internacional dos Direitos Humanos como ramo autônomo bem como componente do fenômeno da internacionalização dos direitos, ressaltando-se as vertentes do Direito Internacional dos Refugiados, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Penal Internacional. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. PIOVESAN, Flavia. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2014. 2. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10. São Paulo: Saraiva, 2015 3. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direitos humanos. Rio de Janeiro: Método, 2014. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. 3. São Paulo: Saraiva, 2016 1 recurso online ISBN 9788547203535. 		

2. SOUSA JUNIOR, José Geraldo; ESCRIVÃO FILHO, Antonio. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.
3. WOLKMER, A. C. Introdução ao pensamento jurídico crítico. São Paulo: Saraiva, 2002.
4. RUBIO, David Sánchez. Encantos e desencantos dos Direitos Humanos. De emancipações, libertações e dominações. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.
5. SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. São Paulo: Cortez

Periódicos Especializados

REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória/FDV, 2006-. Semestral. Disponível em: <<http://www.fdv.br/sisbib/index.php/direitosegarantias/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA. Curitiba: UniBrasil, 2007-. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO HUMANOS. Porto Alegre: Magister, 2005-. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II

Carga Horária:

80 horas

Período: 10º

Ementa

Elaboração de pesquisa, fundamentada na investigação e/ou bibliografia relacionada para a elaboração e apresentação de um trabalho de conclusão de curso, o qual pode ser uma monografia, anteprojeto de Lei ou uma pesquisa supervisionada de prática investigativa, com resultado de pesquisa realizada durante o semestre.

Habilidades e competências

- ✓ Compreender a pesquisa como atividade científica, suas características, linguagem e normas técnicas.
- ✓ Compreender a importância histórica da disciplina como fundamento para todo e qualquer procedimento científico.
- ✓ Analisar a atividade de pesquisa em relação ao processo de identificação, valoração e delimitação dos métodos e das técnicas de pesquisa.
- ✓ Analisar as etapas de construção do trabalho de conclusão de curso.
- ✓ Compreender o processo de elaboração e as etapas do trabalho de conclusão de curso.
- ✓ Apresentar graficamente um trabalho científico de acordo com as regras vigentes.
- ✓ Utilizar corretamente a linguagem pelo entendimento de palavras utilizadas na produção de trabalhos científicos.
- ✓ Desenvolver a capacidade de elaborar e apresentar trabalhos de natureza científica.
- ✓ Identificar, valorar e delimitar métodos e técnicas de pesquisa científica para o trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

1. HENRIQUES, Antônio. Monografia no curso de direito: como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São Paulo: Atlas.
2. CASTILHO, Maria Augusta de. Roteiro para elaboração de monografia em ciências jurídicas. São Paulo: Saraiva.
3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.
2. ANDRADE, M. M. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico. Atlas.
3. VIEIRA, Liliane dos Santos. Pesquisa e monografia jurídica na era da informática. Brasília: Brasília Jurídica.
4. MEZZAROBBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito: atualizado de acordo com as últimas normas da ABNT. São Paulo: Saraiva.
5. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva.
6. NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação e uma tese. São Paulo: Saraiva.

Periódicos Especializados

Disciplina: Optativa II	Carga Horária: 80 horas	Período: 10º
Ementa		
A ementa será de acordo com a optativa escolhida. As disciplinas optativas visam garantir a flexibilidade da matriz, permitindo aos alunos direcionar seus estudos para áreas de maior interesse.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ As competências serão definidas de acordo com a optativa escolhida. ✓ As habilidades serão definidas de acordo com a optativa escolhida. 		
Bibliografia Básica		
A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)		
Bibliografia Complementar		
A bibliografia será de acordo com a optativa escolhida. (Ver optativas)		
Periódicos Especializados		

Disciplina: Estágio Supervisionado IV	Carga Horária: 80 horas	Período: 10º
Ementa		
Prática jurídica simulada orientada ao exercício das atividades inerentes ao bacharel em Direito, com ênfase na indispensável interlocução entre a teoria e a prática.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adquirir conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos para compreensão do Direito nos âmbitos individual e social. ✓ Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica. 		

- ✓ Dominar métodos de pesquisa de legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso.
- ✓ Conhecer as diversas áreas do Direito.
- ✓ Perceber e compreender a interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas.
- ✓ Atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos.
- ✓ Atuação ética com os demais operadores jurídicos e com os assistidos.
- ✓ Adequada observância do código de ética que define regras para a categoria que integrará.
- ✓ Leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
- ✓ Produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.
- ✓ Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense.
- ✓ Atuar em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

Bibliografia Básica

1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Galdino de. *Prática no Processo Civil - Cabimento / Ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos*. Editora Atlas.
2. JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patricia Vanzolini; MACHADO, Angela Cangiano; DEZEM, Guilherme Madeira. *Prática Penal - Col. Prática Forense - Vol. 6 - 2013*. Revista dos tribunais.
3. PEREIRA, Leone. *Prática Trabalhista*. Revista dos tribunais.
4. BARRETO, Pedro. *Como se preparar para a segunda fase, tributário: exame de ordem*. São Paulo: Método.
5. AZEVEDO, André Gomma (Org). 2012. *Manual de Mediação Judicial*. (Brasília-DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD.

Bibliografia Complementar

1. BUENO. Cassio Scarpinella. *Manual de Direito Processual Civil*. Volume único. 2ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva.
2. COLOMBO, Juliano; SILVA, Jaqueline Mielke. *Manual da prática civil: teoria e prática*. 7. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico.
3. GRECO, Rogerio. *Código Penal Comentado*. IMPETUS.
4. NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. Revista dos tribunais.
5. SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. *Manual de direito penal: teoria e prática*. 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico
6. CARRION, Valentin. *CLT Comentada*. LTR.
7. OLIVEIRA, Cíntia Machado; JUNIOR, Eugênio Hainzenreder; SAMUEL, Gimea; GÓES, Maurício. *Manual de prática trabalhista: teoria e prática*. 6. ed. rev. atual. Porto Alegre: Verbo Jurídico.
8. BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana Francisca. *Prática tributária*. Revista dos tribunais
9. ALMEIDA, Tânia. *Caixa de Ferramentas em Mediação - Aportes práticos e teóricos*. 1ª edição - São Paulo: Dash Editora, 2014.

Periódicos Especializados

Disciplinas Optativas

Disciplina: Gestão Organizacional (EAD)	Carga Horária: 80 horas	Período:
Ementa		
Funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle. Ferramentas de gestão. Aprendizagem organizacional, carreira e educação continuada. Perspectivas e escolhas profissionais. Temas emergentes em negócios. Ambientes organizacionais. Liderança e gestão. Gestão da mudança. Novos negócios.		
Habilidades e competências		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. RUAS, Roberto L., BOFF, Luiz H. ANTONELLO, Claudia S. Os novos horizontes da gestão: Aprendizagem organizacional e competências. Porto Alegre: Bookman, 2008. (16ex. 2009). 2. SETTE TORRES, Ofélia de Lanna. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. vol.3 São Paulo: Atlas, 2010. 3. SILVA, Reinaldo Oliveira da. Teorias da administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Bibliografia Complementar: BATEMAN, Thomas S. Administração: construindo vantagens competitivas. São Paulo: Atlas, 2011. 2. BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2011. 3. MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2010. 4. ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 5. SCHEIN, Edgar H. Cultura organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009. 		
Periódicos Especializados		

Disciplina: Libras	Carga Horária: 80 horas	Período: 10º
Ementa		
Línguas de sinais e minoria linguística; as diferentes línguas de sinais; status da língua de sinais no Brasil; cultura surda; organização linguística de LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico.		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer as concepções sobre surdez e a constituição do sujeito surdo; ✓ Identificar os conceitos básicos relacionados à LIBRAS; ✓ Analisar a história da língua de sinais brasileira enquanto elemento constituidor do sujeito surdo; 		

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer e elaborar instrumentos de exploração da Língua de Sinais Brasileira. ✓ Caracterizar e interpretar o sistema de transcrição para a LIBRAS; ✓ Caracterizar as variações linguísticas, iconicidade e arbitrariedade da LIBRAS; ✓ Identificar os fatores a serem considerados no processo de ensino da Língua de Sinais Brasileira dentro de uma proposta Bilíngue;
Bibliografia Básica
<ol style="list-style-type: none"> 1. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira: estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas. 2. CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza silva de. Comunicação por língua brasileira de Sinais: livro básico. Brasília: Editora SENAC- DF. 3. CAPOVILLA, Fernando César; MAURICIO, Aline Cristina L.; RAPHAEL, Walquiria Duarte. Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: sinais de A a H e I a Z. São Paulo: Edusp.
Bibliografia Complementar
<ol style="list-style-type: none"> 1. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009. 2. GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus. 3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Lingüísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004. 4. WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. 2ª. Edição. Editora Wva, Rio de Janeiro. 5. RAPHAEL, Walkiria Duarte; CAPOVILLA, Fernando César. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira - Vol. 1, 2 e 3. EDUSP.
Periódicos Especializados

Disciplina: Política da Criança, Adolescente e Juventude	Carga Horária: 80 horas	Período:
Ementa		
<p>Abordagem sócio-política e sócio humanística acerca da constituição histórica da infância, adolescência e juventude na Europa e no contexto nacional. A interface com o desenvolvimento das instituições sociais: Família; Sociedade e Estado. Estatuto da Criança e do Adolescente: Definições; Princípios do Direito da Criança e do Adolescente; Proteção integral; Definições; Conselho Tutelar; Adoção; Ministério Público; Política de atendimento; Medidas socioeducativas; As políticas de proteção à infância e adolescência no Brasil. Diversidade e pluralidade da infância, adolescência e juventude: Gênero, questões étnico-raciais, meio ambiente, indígena, etc. As principais expressões da violação da cidadania referente a Infância, adolescência e juventude na contemporaneidade.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entender a constituição histórica e política da cidadania da criança, do (a) adolescente e do (a) jovem. ✓ Compreender o desenvolvimento sócio histórico e político sobre a infância, adolescência e juventude na Europa e no contexto nacional. 		

- ✓ Reconhecer os instrumentos jurídicos-legais e políticos de proteção sobre a infância, adolescência e juventude no Brasil.
- ✓ Compreender as diversas violações da cidadania que recaem sobre a criança, adolescente e jovem no contexto nacional.
- ✓ Compreender a diversidade sobre o signo do seguimento infanto-juvenil seja nas características étnico-raciais e nas formações regionais do Brasil.
- ✓ Desenvolver uma postura profissional crítica e ética.
- ✓ Identificar as principais legislações e políticas de proteção à infância, adolescência e juventude no contexto nacional.
- ✓ Analisar criticamente os principais desafios da implementação da cidadania do seguimento infanto-juvenil no Brasil.
- ✓ Apresentar os principais dados sobre a infância, adolescência e juventude brasileira relacionando-as as questões étnicos-raciais, de gênero e diversidade sexual, regionalidade, entre outros.
- ✓ Ler e interpretar criticamente os dados internacionais e nacionais sobre a infância, adolescência e juventude.
- ✓ Pesquisar as diversas políticas públicas e/ou sociais que enfrentam as diversas expressões da questão social existentes contra o seguimento infanto-juvenil no Brasil.

Bibliografia Básica

1. ARIES, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
2. CERQUEIRA, Fernanda D'Aquino Mafra. Estatuto da Criança e do Adolescente: noções gerais. Brasília: Fortium.
3. RIZZINI, Irene; PILLOTI, Francisco (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

iii. Bibliografia Complementar

1. BOCK, A. M. B et al. Instituições, grupos sociais, socialização e identidade. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. ELIAS, Roberto João. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva.
3. SARMENTO, Manuel, et al. Estudos da infância: educação e práticas sociais. São Paulo: Editora Vozes, 2007.
- iv. TAVARES, José de Farias. Direito da infância e da juventude. Belo Horizonte, MG: Del Rey.

Periódicos Especializados

Disciplina: Seguridade Social: Previdenciário	Carga Horária: 80 horas	Período:
Ementa		
<p>Análise histórica da política de previdência social: determinantes políticos, socioeconômicos, ambientais e institucionais, no âmbito da relação Estado e Sociedade. A pobreza de massa no capitalismo e a constituição da seguridade social na Europa. Os modelos bismarkiano e beveridgiano. O sistema de seguridade social, instituído na Constituição brasileira de 1988. A política de previdência social no contexto da seguridade social: interfaces com a assistência social e saúde. Análise das políticas de previdência abordando: bases conceituais e legais, princípios e diretrizes, natureza e alcance dos direitos. Estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários. Impacto da seguridade social na redução das desigualdades sociais. A contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático das políticas de previdência.</p>		
Habilidades e competências		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender o desenvolvimento histórico da profissão, no que compete a dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológico. ✓ Desenvolver uma postura profissional crítica e ética. 		
Bibliografia Básica		
<ol style="list-style-type: none"> 1. AMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2011. 2. MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2011. 3. IBRAHI, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. Ed. Impetus. 		
Bibliografia Complementar		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FALEIROS, V. P. Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Editora Cortez, 2009. 2. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 16. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2011. 3. MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010. 4. SANTOS, Marisa Ferreira dos. Curso de Direito Previdenciário Esquemático. Ed. Saraiva. 5. FELIPE, J. Franklin Alves. Curso de Direito Previdenciário. Ed. Forense. 		
Periódicos Especializados		

Disciplina: Formação Sócio- histórica do Brasil	Carga Horária: 80 horas	Período:
Ementa		
<p>A herança colonial e a constituição do Estado nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo. Transição democrática e neoliberalismo. O processo de</p>		

globalização e formas de inserção do Brasil. A constituição dos sujeitos políticos e a luta de classes ao longo dos principais processos sócio históricos.

Habilidades e competências

- ✓ **Compreender desenvolvimento sócio histórico e político Europeu.**
- ✓ **Entender a influência da expansão europeia para o desenvolvimento da histórica nacional.**
- ✓ **Compreender acerca da expansão do sistema econômico capitalista e seu reflexo no contexto nacional.**
- ✓ **Apreender de maneira crítica os processos históricos e sociais de produção e reprodução das relações sociais advindas de questões como: gênero, raça, pertencimento étnico, classe social.**
- ✓ **Compreender a articulação desses conhecimentos para o entendimento de como se constrói as políticas públicas e sociais voltadas ao desenvolvimento humano.**
- ✓ **Identificar as especificidades da formação histórica e sua interface com o desenvolvimento social e econômico nacional, regional e locais.**
- ✓ **Identificar as razões sócio históricas e políticas que influenciam na promoção das necessidades dos grupos socialmente vulneráveis.**
- ✓ **Analisar o movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.**
- ✓ **Realizar análises críticas sobre a conjuntura social e política nacional.**
- ✓ **Identificar as diversas expressões da questão social na cena contemporânea.**

Bibliografia Básica

1. **FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil.**
2. **FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2013.**
3. **SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.**

Bibliografia Complementar

1. **BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade. *Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2012.**
2. **GREMAUD, Amaury; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval/ TONETO JR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2013.**
3. **NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo, SP: Cortez, 2013.**
4. **RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: Quem Manda, Porque Manda, Como Manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.**
5. **SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2009.**

Periódicos Especializados